

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**COGEAE — PUC-SP**

**FERNANDO MONTENEGRO ANDRADE**

**AFROCONSUMO:  
ENSAIO-TEÓRICO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS FENÔMENOS RAÇA  
E ETNIA SOBRE O CONSUMO DA POPULAÇÃO NEGRA  
BRASILEIRA**

**ESPECIALISTA EM SEMIÓTICA PSICANALÍTICA — CLÍNICA DA  
CULTURA**

**São Paulo - SP**

**2020**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**COGEAE — PUC-SP**

**FERNANDO MONTENEGRO ANDRADE**

**AFROCONSUMO:  
ENSAIO-TEÓRICO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS FENÔMENOS RAÇA  
E ETNIA SOBRE O CONSUMO DA POPULAÇÃO NEGRA  
BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Semiótica Psicanalítica, sob a orientação do Prof. Doutor João Angelo Fantini.

**São Paulo - SP**

**2020**

**FERNANDO MONTENEGRO ANDRADE**

**Afroconsumo:**

**Ensaio-teórico sobre a influência dos fenômenos raça e etnia sobre o consumo da população negra brasileira**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Semiótica Psicanalítica, sob a orientação do Prof. Doutor João Angelo Fantini.

Aprovado em: \_\_ / \_\_ / \_\_

Avaliação: .....

Assinatura do orientador: .....

## **DEDICATÓRIA**

Para Deize, Hakin, Cauã Basquiat, meus ancestrais e a comunidade afrodescendente.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Deize, responsável pela geração do meu corpo físico e ser o elo de ligação entre o Òrun e o Àiyé. Independente, ela proporcionou uma ótima criação que é base fundamental para meus caminhos contemporâneos. Aos meus filhos, Hakin e Cauã Basquiat, que são alicerces e fonte da minha pulsão de vida. Aos meus ancestrais, divindades e guias espirituais que vigiam e protegem o povo do continente africano e seus descendentes espalhados pelo globo terrestre. Às minhas amigas, aos meus amigos, à comunidade afrodescendente brasileira e da diáspora.

Agradeço, também, a todas e todos os professores da especialização em Semiótica Psicanalítica, sem exceção (aos que estão nesse plano e aos que fizeram a passagem no decorrer do curso), que compartilharam suas visões de mundo e me instigaram a ampliar meu repertório sociocultural. Especialmente João Angelo Fantini e Fani Hisgail, que me ajudaram a compreender melhor a psicanálise e suas aplicações na leitura da cultura; Luis Esteban Dominguez, incitando os questionamentos contínuos do *status quo* e dos interesses do grupo dominante; Isabel Jungk, a ser objetivo e sistemático; Lucia Santaella, a compreender a dimensão infinita da semiótica e a sua importância para entender os sintomas da cultura.

Às colegas e aos colegas de sala (das duas turmas que participei).

Por fim, agradeço às mestres e aos mestres indiretos — especialmente afro-brasileiros dedicados à disseminação do conhecimento africano e descolonização da episteme afrodescendente — que não estiveram formalmente no curso, mas foram fonte de informação por meio de palestras, textos, debates etc, que pude acompanhar e assimilar.

*“Se o preto de alma branca pra você  
É o exemplo da dignidade  
Não nos ajuda, só nos faz sofrer  
Nem resgata nossa identidade”  
(Identidade, Jorge Aragão)*

## RESUMO

Este ensaio-teórico tem por objetivo trazer à luz reflexões gerais acerca do consumo da população negra brasileira no contexto da modernidade pós-colonial. Nesse sentido, este trabalho está fundamentado, principalmente, na linha de pesquisa Semiótica Psicanalítica. Buscamos compreender as consequências psíquicas dos signos culturais na dimensão do consumo<sup>1</sup> da população negra e, mais especificamente, como os afrodescendentes autodeclarados negros, dentro do contexto social eurocêntrico, são influenciados em seus rituais de consumo em consequência dos signos étnico-raciais. Procuramos, na primeira seção, apresentar um panorama geral de como o debate racial emerge no contexto nacional e como o negro torna-se *legi-signo* da afrodescendência na cultura. Na segunda seção, revisamos a literatura sobre consumo e consumo étnico, discutimos sobre a influência dos fenômenos étnico-raciais no consumo da população negra e, por fim, conectamos os pontos abordados ao longo do ensaio-teórico propondo caminhos para novas reflexões sobre o tema. Apostamos na hipótese de que, apesar do volume populacional, o grupo estudado é preterido — se comparado aos autodeclarados não negros — nas diversas camadas do consumo e que as variáveis raça e etnia têm influência em suas experiências na condição de consumidores. Chegamos a essa conclusão a partir de imersões etnográficas, investigações netnográficas, revisão de literatura, análise de dados secundários e conhecimento empírico na condição de negro-vida.<sup>2</sup> Portanto, neste trabalho, propomos apresentar e fundamentar o conceito de afroconsumo, que emergiu durante o estudo, além de provocar pesquisadores que dialogam com as esferas da academia e do mercado para refletirem acerca do consumo da população negra no Brasil enquanto agentes consumidores com demandas específicas inerentes a sua ascendência africana. Veremos, também, como esses fenômenos medeiam as diversas camadas do consumo desses sujeitos e como têm influência na inserção tardia à sociedade de consumo como um todo: das necessidades básicas ao consumismo.

---

<sup>1</sup> Neste ensaio-teórico, compreendemos o consumo como qualquer relação de preenchimento de falta, transcendendo, assim, o terreno da aquisição de bens materiais.

<sup>2</sup> Aqui invocamos o conceito cunhado por Guerreiro Ramos (1995) que fala de uma análise epistêmica, orgânica, a partir da perspectiva da vivência humanizada da vida do negro, em contraponto ao usual negro-tema, “objeto de escalpação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos’ e ‘sociólogos’ (RAMOS, p. 215).”

**Palavras-chave:** Semiótica Psicanalítica, Raça, Consumo, Antropologia do Consumo, Afroconsumo.

## ABSTRACT

This theoretical essay aims to bring to light general reflections on the consumption of the black Brazilian population in the context of post-colonial modernity. In that sense, this work is based, mainly, in the line of research Psychoanalytic Semiotics. We seek to understand the psychic consequences of cultural signs in the sphere of consumption of the black population and, more specifically, how afro-descendants, self-declared blacks, within the eurocentric social context, are influenced in their consumption<sup>3</sup> rituals as a result of ethnic-racial signs. In the first section, we seek to present an overview of how the racial debate emerges in the national context and how black people become *legi-sign* of afro-descendent culture. In the second section, we review the literature on ethnic consumption and consumption, discuss the influence of ethnic-racial phenomena on the consumption of the black population and, finally, connect the points addressed throughout the theoretical essay proposing ways for new reflections on the theme. We bet on the hypothesis that, despite the population volume, the studied group is despised — compared to the self-declared non-blacks — in the different layers of consumption and that the variables race and ethnicity have an influence on their experiences as consumers. We reached this conclusion from ethnographic immersions, netnographic investigations, literature review, analysis of secondary data and empirical knowledge in the condition of black-life.<sup>4</sup> Therefore, in this work, we propose to present and support the concept of afroconsumption, which emerged during the study, in addition to provoking researchers who dialogue with the spheres of academia and the market to reflect on the consumption of the black population in Brazil as consumer agents with specific demands inherent in their African ancestry. We will also see how these phenomena mediate the different layers of consumption of these subjects and how they influence the late insertion of the consumer society as a whole: from basic needs to consumerism.

---

<sup>3</sup> In this theoretical essay, we understand consumption as any gap-filling relationship, thus transcending the terrain of the acquisition of material goods.

<sup>4</sup> Here we invoke the concept coined by Guerreiro Ramos (1995) that speaks of an epistemic, organic analysis, from the perspective of the humanized experience of black life, in contrast to the usual black-theme, “object of scalping perpetrated by literati and the so-called 'anthropologists' and 'sociologists'” (RAMOS, p. 215).

**Key words:** Psychoanalytic Semiotics, Race, Consumption, Anthropology of Consumption, Afroconsumption.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>SEÇÃO 1 — A CONSTRUÇÃO DE RAÇA, RACISMO E DO NEGRO NO CONTEXTO BRASILEIRO</b> .....	15
1.1 Panorama do debate racial no brasil .....	15
1.2 A invenção moderna da raça .....	22
1.3 Criação do sentido do signo negro no contexto brasileiro .....	25
<b>SEÇÃO 2 — A INTERAÇÃO DOS FENÔMENOS RAÇA E ETNIA SOBRE O CONSUMO DAS PESSOAS NEGRAS</b> .....	31
2.1 Literatura sobre consumo .....	32
2.2 Do consumo étnico ao Afroconsumo .....	36
2.3 A interação dos afrodescendentes com o consumo e o consumismo como mecanismo de defesa .....	38
2.4 Negros, preteridos no consumo mercadológico .....	51
2.5 Consumidores invisíveis .....	54
2.6 Negritude no consumo como resposta ao racismo .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	76

## INTRODUÇÃO

O consumo é um fenômeno formador da vida social: desde os primórdios da civilização “as sociedades humanas consomem para poderem se reproduzir física e socialmente [...] manipulam artefatos e objetos da cultura material para fins simbólicos de diferenciação, atribuição de status, pertencimento e gratificação individual” (BARBOSA, 2004, p. 7-8).

Sob essa lógica, é possível compreender que, ao longo da história da humanidade, os povos africanos protagonizaram seu consumo tendo como pedra fundamental a nação de Kemet<sup>5</sup>. Tal legado influenciou socialmente, culturalmente e geneticamente todas as formas de consumo dos africanos oriundos dessa matriz, de tal modo que “a Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um *corpus* de ciências humanas africanas deve ter isso como base” (DIOP, 1981, p. 34). Tais especificidades podem ser notadas no modo como a maioria das sociedades africanas — pré-cristianização e pré-colonização — compreendiam, como parte comum das relações sociais, fenômenos considerados tabus<sup>6</sup> no Ocidente: o prazer sexual feminino, a exemplo da *kunyaza*<sup>7</sup>; o matriarcado como característica de organização social; a mulher com papel social fundamental nos arranjos das sociedades; a cosmovisão; o corpo físico na condição de lugar sagrado e incentivo do seu total conhecimento; o duplo na formação da subjetividade; a morte como passagem, e não como fim etc:

---

<sup>5</sup> Kemet (Terra Negra) é como seus habitantes definiam a região que os gregos chamaram de Egito.

<sup>6</sup> É importante pontuar que o processo de civilização brancoide se deu a partir de premissas reguladoras da sexualidade, em outras palavras, da repressão sexual do prazer, o que vai ter desdobramentos conhecidos ao longo da história. Totalmente opostos a esse universo estão as sociedades africanas que viam a sexualidade como algo natural da essência humana, logo, é possível especular que o recalque das pulsões se dava em outro grau de maturação.

<sup>7</sup> *Kunyaza* é uma técnica de estimulação sexual feminina praticada e difundida em todo o Oeste Africano, com origem nos Grandes Lagos. O método é realizado a partir de movimentos circulares, feitos pelo parceiro, utilizando o pênis, dedos ou lábios de modo que proporcione o orgasmo feminino e a ejaculação feminina durante a relação sexual.

É no duplo que reside a personalidade de cada um. O songhai diz que o *bya* (duplo) de um homem é pesado ou leve, querendo significar que sua personalidade é forte ou frágil: os amuletos têm como finalidade proteger e reforçar o duplo. E o ideal é chegar a confundir-se com o próprio duplo, a fundir-se nele até formar uma só entidade, que ascende assim a um grau de sabedoria e de força sobre-humano. (KI-ZERBO, p. 26, 2010, grifo do autor).

E é desse ecossistema que vai emergir o afro-brasileiro. Afinal, mesmo com o continente africano abrigando diversos povos, ao chegarem ao Brasil, passaram — forçadamente — a pertencer a uma só etnia: a imaginada raça negra.

Tal ideologia é desenhada, a partir do século XV, com a busca de novas rotas de comércio que culminaram na expansão territorial das pequenas nações europeias através das chamadas “grandes navegações”, por meio das quais se desenvolveu um cruel sistema econômico sustentado na transformação de pessoas em mercadorias: a escravização e o tráfico ultramarino de africanos: “A acumulação de capital na Europa e o progresso da revolução industrial, fenômenos simultâneos e complementares, seriam inconcebíveis sem a contribuição forçada da Ásia, das Américas e sobretudo da África” (KI-ZERBO, 2010, p.848).

Essa prática adotada, em primeiro lugar, em colônias portuguesas na África (Cabo Verde e Açores, por exemplo) a partir do sistema de *plantation*<sup>8</sup>, foi escalonada para colônias da América portuguesa e teve, como uma de suas consequências, a ampliação da exploração dos povos africanos a dimensões estratosféricas. Esse modelo de negócio, altamente lucrativo para as metrópoles gozadoras das atividades econômicas das suas colônias, junto à mercantilização e introdução forçada da população do continente africano na América — na condição de produtos durante o período da escravidão negra — gerou danos incalculáveis para esses sujeitos da diáspora. Eles foram afetados nas ordens do individual e coletivo: mutações genéticas, desequilíbrios das estruturas psíquicas, aculturação — coagida —, desordem demográfica, além de desdobramentos que potencializaram, dentro de uma dinâmica de exclusão socioeconômica, sua inclinação para as margens da esfera da sociedade

---

<sup>8</sup> Sistema *plantation* é o termo utilizado para a economia originada no período colonial e que utiliza traços do mercantilismo especulativo. Foi estruturado, basicamente, no latifúndio de terras dos continentes americano e africano, mão de obra escravizada (ameríndios e africanos), monocultura (começa com cana-de-açúcar, mas amplia-se para outras matérias-primas) e exportação desses produtos para as metrópoles.

moderna, marcando socialmente — através do inventado *legi-signo* racial — as gerações herdeiras desses escravizados e, conseqüentemente, a forma com esse grupo consome: “Desde que foram empregadas as noções de ‘brancos’ e ‘negros’, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica” (M’BOW, 2010, p. XXII). Hoje, este importante contingente — base da formação do genoma identitário nacional — representa a maior porcentagem dos habitantes brasileiros de acordo com o sistema identificatório vigente no país, o IBGE. Porém, mesmo com um volume populacional superior aos de outros grupos étnico-raciais e com sua vasta herança genético-cultural incutida na formação socioeconômica do Brasil como um todo, a chamada população negra é, ainda, ignorada enquanto importante agente consumidor. Isso é percebido, por exemplo, no modo como a sociedade de consumo, travestida pelas marcas, desconsidera a representação publicitária e o desenvolvimento de produtos que abarquem esse grupo. E, em uma instância mais entranhada, também é notável o fato de que raramente, no Brasil, houve um pensamento crítico, aprofundado, sobre como esse contingente escanteado pode ter demandas de consumo específicas, derivadas de sua composição morfológica e instâncias psíquicas inerentes às características hereditárias dos ascendentes dos povos africanos e agravadas pela submissão — coagida — a um processo violento de tráfico corporal — “coisificação do escravo” (LARA, 1988) — e aculturação epistêmica causados pelo processo de escravização do tipo luso-brasileira. Como reflexo, nas teorias das ciências sociais, os pensadores não negros “coisificaram” esses sujeitos, enquanto que no campo das relações de consumo e consumismo, foram empurrados para o território da invisibilidade. Por esse ângulo, a escassez dessa discussão transcende os pensamentos econômicos e psico-físico-comportamentais nacionais vigentes na seara do negro enquanto objeto de estudo do branco, assim como do ponto de vista do negro-vida.

Desse modo, salientamos que, embora este trabalho seja fundamental, fruto de um longo levantamento realizado há, pelo menos, 18 meses, não seria possível esgotar esse tema aqui, portanto, esperamos que este ensaio-teórico seja alicerce para a produção de material mais aprofundado e que fomente entre estudantes e pesquisadores a mesma inquietude que temos em relação à ausência de estudos sobre consumo dedicados à população negra, principalmente, na condição de negro-vida. Também não seria possível discutir em uma

monografia, apenas, o volume de dados e reflexões levantados ao longo desse processo, portanto, lendo a cultura através das lentes da linha de pesquisa Semiótica Psicanalítica, dedicaremos este ensaio para refletir especificamente sobre como as variáveis raça e etnia influenciam, direta ou indiretamente, o consumo da população negra para, em seguida, desenvolver o conceito de afroconsumo.

Nesse sentido, em primeiro lugar, é importante dizer que somos brasileiros autodeclarados negros, logo, nosso viés para este ensaio terá um repertório fundamentado pela vivência objetual do sujeito, além do material bibliográfico pesquisado. Recorro a Carlos Medeiros, estudioso de questões raciais, para sintetizar a importância de se compreender esse posicionamento a priori:

Antes de entrar propriamente no tema, eu quero fazer ‘duas notas de rodapé’: uma delas em relação à perspectiva. Quem está falando aqui é um negro, embora isso possa parecer óbvio, estando nós no Brasil, eu poderia dizer que era ‘moreninho’, era escurinho, eu era qualquer outra coisa, embora isso aí [o riso da platéia] mostra que estas categorias, embora possam ser aceitas no cotidiano da sociedade, ficam esquisitas em determinados ambiente, mas quando eu digo que sou um negro, significa que tenho uma visão da sociedade parcialmente influenciada pelo fato de que eu sou um objeto da discriminação racial, ou seja, discriminação racial [pra mim] não é algo a respeito do que eu tenha lido num livro, visto um filme, que me tenha sido relatado, embora tenha acontecido também, mas é uma experiência direta, algo que pode acontecer comigo na saída deste evento no contato com a polícia ou segunda-feira de manhã na porta giratória de uma banco [eu falo de experiência pessoal]. Então, o fato de estar na extremidade receptiva do racismo, me dá uma visão [diferenciada] sobre essa sociedade. Não é nada determinante mas é um condicionante muito poderoso. [...] Adversários, por exemplo, das políticas de ações afirmativas, na maioria brancos, tentam se apresentar como ‘neutros’, como falando em nome da ciência. Ora, esse lugar não existe. Uma das coisas fundamentais que eu aprendi com a sociologia é a importância do lugar de onde se fala, da perspectiva, é como se nós olhássemos a sociedade através de um conjunto de lentes superpostas, compostas então pela classe social, evidentemente, pelo grau de instrução, pela faixa etária, pelo gênero, pelo lugar onde se nasceu e se vive, é tudo isso, e também, claro, a opção política, tudo isso em relação aos pais, evidentemente, então, a gente olha a sociedade e cada um vê de uma determinada maneira.” ([sic] MEDEIROS, 2016, Informação Verbal).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Fala de Carlos Alberto Medeiros — jornalista e estudioso da questão racial, mestre em Ciências Jurídicas e Sociais e autor de Racismo, preconceito e intolerância (com os antropólogos Jacques D’Adesky e Edson Borges) e Na lei e na raça. Legislação e relações raciais Brasil – Estados Unidos — durante palestra sobre Raça e Racismo no auditório do Instituto CPFL no ano de 2016.

## SEÇÃO 1 — A CONSTRUÇÃO DE RAÇA, RACISMO E DO NEGRO NO CONTEXTO BRASILEIRO

*“A desgraça do homem de cor é ter sido escravizado.”*

(Pele Negra Máscaras Brancas, Frantz Fanon)

Revisitar o passado é uma forma de compreender melhor o presente. Para melhor apreensão do elemento central deste material — compreender e refletir sobre como os signos étnico-raciais influenciam o consumo da população negra brasileira —, que será desenvolvido com mais detalhes nas seções a seguir, é preciso assimilar, a partir do imaginário simbólico ancestral africano, como foram criados os sujeitos negros brasileiros e como se deu a formação das subjetividades desses consumidores no âmbito do chamado Novo Mundo. Para tanto, iniciaremos esta seção enegrecendo dois pontos importantes para a compreensão dos estudos que envolvem relações raciais no Brasil: como se deu o debate racial no âmbito nacional e, em seguida, como ocorreu a criação da ideologia racial e do negro enquanto *legi-signo* da afrodescendência.

### 1.1 PANORAMA DO DEBATE RACIAL NO BRASIL

Há consenso, entre academia e opinião pública<sup>10</sup>, que o Brasil é um país racista. Tal cicatriz foi gerada pelo sistema escravocrata adotado desde o período colonial e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento de uma cultura baseada em superioridade de um simulacro de raça sobre outras. Nesse sentido, historicamente e informalmente, as relações mercantis da população negra, no Brasil, remontam o período escravocrata, como “estratégias de sobrevivência [...], quer no âmbito doméstico ou na comercialização de produtos básicos

---

<sup>10</sup> Pesquisa realizada em 2020 pelo DataPoder360, com 2500 entrevistados, constatou que 76% dos brasileiros dizem haver preconceito racial contra negros no Brasil por causa da cor da pele. Para 12% da população, o racismo não existe no país. Outros 12% não souberam responder.

para a população (SOARES, 1994, p. 3)”, via: os cauris (búzios) usados como moeda em várias regiões do continente africano (LOPES, 2011, n.p), inclusive no Brasil; transações comerciais realizados pelos quilombos<sup>11</sup>; os pequenos empreendimentos das ganhadeiras, que, além de comprar alforrias, estabeleciam pequenos comércios nas áreas urbanas comercializando “produtos como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças” (Ibidem, p. 53); as caixas de alforria, que funcionavam como “fundos comuns para a libertação de escravos” (LODY, 2001, p. 51) etc. Mas é com o fim da escravidão<sup>12</sup> que o negro foi introduzido, obrigatoriamente e formalmente, no mercado consumidor brasileiro. Em outras palavras, há 132 anos que a população afrodescendente deixou de ser um produto mercantil e passou a exercer o papel de consumidora. Aliás, é importante apontar que o fim do regime escravocrata, apesar de ter tido forte influência das lutas abolicionistas e da organização de importantes atores sociais negros, ela só foi possível em um período menor de tempo como fruto de pressões motivadas por interesses econômicos da Inglaterra, visando a ampliação de mercado consumidor, já que, com a abolição do trabalho escravo, a população negra liberta se tornaria assalariada e ampliaria o potencial de consumo brasileiro para mercadorias daquele país (COSTA, 2015).

Porém, em vez de incluir socialmente este grupo destituído de qualquer direito de cidadania, com a abolição da escravidão em 1888, no período pós-colonial, inúmeras foram as práticas adotadas pelo Estado brasileiro que contribuíram para o desenvolvimento de um modelo de sociedade fundamentalmente racista, criando um hiato econômico e social para a população negra que perdura até os dias atuais. Dentre as práticas segregacionistas, estão projetos de incentivos à imigração que privilegiaram europeus brancos (NASCIMENTO, 2003, p. 126) e asiáticos não negros (ARAÚJO, 2013, n.p), mecanismos discriminatórios de natureza religiosa (AMADO, 1989, p. 9) e a proibição do acesso de pessoas negras ao sistema de ensino.<sup>13</sup> Buscou-se, ainda, alcançar um ideal de Brasil cujo etnocentrismo<sup>14</sup> baseado em

---

<sup>11</sup> “[...] a mais avançada dentre as formas de rejeição às regras do jogo colonial-escravista [...], a inserção social pela construção de uma maneira alternativa de estar no mundo (SANTOS, 1994, p. 124).

<sup>12</sup> LÚCIA, Carmen. *Conheça a história do fim da escravidão no Brasil*. Brasília: Radioagência Nacional, 2015. Disponível em: <ht.ly/CCst>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>13</sup> Presente na Constituição Federal Brasileira de 1824.

<sup>14</sup> Ideia que trata a cultura europeia como a mais importante e avançada do mundo.

um ideário europeu foi fundamental, tendo como objetivo o branqueamento artificial da população, de forma a construir, segundo teorias eugenistas da época, uma sociedade mais moderna e, dita, civilizada.

Sem qualquer tipo de política pública<sup>15</sup> projetada para incluir os negros libertos à sociedade, com o fim eminente da escravatura — incitado principalmente pela Revolução Industrial na Inglaterra — as elites<sup>16</sup> dominantes perceberam que abolição produziria um país com predominância de não brancos. O censo de 1872,<sup>17</sup> único a registrar a população escravizada, apontou que dos quase 10 milhões de habitantes, mais de 6,1 milhões eram negros. Porém, o *zeitgeist* daquele momento vislumbrava abertamente a adoção de soluções eugenistas, a partir de teorias racistas das ciências humanas, sociais, biológicas e médicas, que dividiam os seres humanos em raças identificadas a partir dos *sin-signos* fenotípicos (frenologia, naturalismo) e da cultura (etnografia, antropologia) — autopromovendo, hierarquicamente, o branco a *legi-signo* do humano ideal —.

No entanto, para alguns teóricos supremacistas eurodescendentes do final do século XIX até o primeiro terço do século XX, o mestiço era considerado indesejável enquanto produto nacional — raça inferior —, um ser degenerado que tenderia a desaparecer na competição com os brancos, para eles, os mais aptos:

Para Nina Rodrigues, uma nação de mestiços não poderia ser estável porque os mestiços são uma anarquia no sangue, nas idéias, nos sentimentos, abrigando dentro de si tendências contrárias que estão em luta constante e, com tendência, nesta luta, de que as características da raça inferior e primitiva vençam (COSTA, 2009, p. 95).

Essa atmosfera tornou-se um imbróglgio para as elites dos países da América Latina daquele momento por dois motivos: o grande contingente de mestiços desses países e a nítida

---

<sup>15</sup> André Rebouças desenvolveu um plano de reforma agrária, “no qual grandes proprietários venderiam ou alugariam lotes de terras a libertos, imigrantes e lavradores. Trata-se de uma modalidade de reforma que prescinde da democratização fundiária, restringindo-se às regras do mercado então vigentes” (MARINGONI, 2011, n.p), no entanto, nenhum projeto de socialização estruturada do negro foi adotado.

<sup>16</sup> Neste trabalho, entendemos elite a partir da visão do cientista político Robert Dahl, que a descreve como uma minoria (pessoas ou grupo) que define os destinos, bem-estar e paz social da sociedade, dentro de um sistema de poder democrático. Pode, também, engendrar e influenciar opiniões referenciais aos integrantes da sociedade.

<sup>17</sup> *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <t.ly/mIIp>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

ascendência fenotípica — africana e/ou ameríndia — registrada nas faces de pessoas ocupando posições importantes nas elites.

Nesse sentido, instigado por pensadores estrangeiros da época, como Conde Arthur de Gobineau e Louis Agassiz, que teorizaram e influenciaram o debate sobre a mestiçagem e seus efeitos no Brasil, tal contexto provocou na elite dominante um efeito que o historiador Carlos Medeiros chamou de pessimismo racial.<sup>18</sup> Todavia,

Essa visão mestiça da nação não se resumia, porém, ao olhar que vinha de fora, aos inúmeros naturalistas que aqui estiveram. Internamente o tema se reproduzia a partir de diferentes locais. Nos censos, nos jornais, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, raça aparecia como um argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual. (SCHWARCZ, 1994, p. 137).

Sob essa perspectiva, o “problema da mestiçagem” poderia ser resolvido com a “arianização dos mestiços”, o que significava colocar em prática a chamada teoria do branqueamento. Durante pelo menos 100 anos, o Estado brasileiro promoveu políticas públicas<sup>19</sup> que minaram a presença não branca — por exemplo, o incentivo da imigração europeia branca<sup>20</sup> e proibição de entrada de africanos negros no Brasil — com o intuito de transformar, física e culturalmente, a população brasileira em um signo da brancura:

[...] a solução encontrada para o mesmo na importação de trabalhadores de raça supostamente superior, com vistas, inclusive, na melhoria da qualidade étnica da população local por meio de um processo de miscigenação, decorreram do paradigma adotado pela inteligência nacional da época, que, com base na combinação de doutrinas raciais recebidas da Europa, criou a “teoria do branqueamento” especialmente para dar solução à realidade brasileira de uma população altamente miscigenada (FULGÊNCIO, 2014, p. 203-204).

Diante desse cenário, surgiram pensamentos racistas paleativos que buscaram assimilar os mestiços mais próximos do branco (do ponto de vista cultural e fenotípico) e dissipar os mais próximos dos negros e indígenas. Tais ideias eugenistas predominaram e foram externadas ao mundo por meio da tese “Sur les metis au Brésil” (Sobre os mestiços do Brasil), de João Baptista Lacerda (1911), desenvolvida para o I Congresso Internacional das

---

<sup>18</sup> Arthur Gobineau disse para Dom Pedro II, em cartas, que o Brasil não teria futuro em razão dessa mestiçagem.

<sup>19</sup> As chamadas Lei de terras permitiram a aquisição de terra por estrangeiros - não negros —, por solicitação de ajuste feita ao parlamento pelo então ministro da agricultura, Antônio da Silva Prado, facilitando, assim, a aquisição de terras por imigrantes e previu até mesmo subsídios às vendas.

<sup>20</sup> Buscou-se, em primeiro lugar, incentivar a vinda de loiros da Pomerânia. No entanto, devido à baixa adesão, abriu-se para italianos etc.

Raças, realizado em Londres no ano de 1911, onde o representante brasileiro defendeu a miscigenação como algo positivo a partir da sobreposição dos traços da raça branca sobre as negras e indígenas. No mesmo documento, Lacerda projetou que, dentro de um século, via miscigenação, o “problema da raça” estaria resolvido no Brasil:

A população mestiça do Brasil, portanto, deverá ser muito diferente daqui a um século. As correntes de imigração européia, aumentando a cada dia o elemento branco dessa população, vão acabar, depois de um certo tempo, por sufocar os elementos em que alguns traços do negro ainda possam persistir. [...] Antes de um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, em sua maior parte, por indivíduos de raça branca, latina, e na mesma época, os negros e índios sem dúvida terão desaparecido desta parte da América. (LACERDA, 1911, p. 19-31, tradução nossa).

Desse modo, projetou-se uma autoimagem para o mundo de que, neste país, as raças conviviam em harmonia no chamado paraíso racial. Inclusive, fruto dessa representação, o Brasil foi idealizado, em certa medida, pelos intelectuais e militantes afro-americanos que o utilizaram por algum tempo como modelo de sociedade<sup>21</sup> possível. Afinal, aparentemente, diferente da terra do Tio Sam, no país miscigenado não existiam leis segregacionistas — explícitas — como as Jim Crow.<sup>22</sup>

Posteriormente, em meio ao debate de assimilação do mestiço, coletivos negros se articulam para com objetivo de criar um alinhamento no discurso sobre o novo negro e fazer a verdadeira abolição, considerada uma libertação incompleta. Desse contexto, emerge a obra “Casa Grande Senzala”, em 1933, de Gilberto Freyre, que de certa maneira sublima a discussão sobre raças. Freyre afirma que brancos e negros são igualmente capazes, biologicamente, nesse sentido, poderiam ser assimilados pela sociedade branca dominante. Porém, ao mesmo tempo, Freyre estrutura a noção da excepcionalidade brasileira do ponto de vista da questão de raça, caracterizada pela harmonia racial. Esse pensamento espraia-se pelas elites e é recebido com entusiasmo pelo Estado Novo, que percebe a necessidade de dar uma conclusão ao processo de construção da identidade nacional e passa a adotá-lo e difundi-lo

---

<sup>21</sup> David J. Hellwig mostra em seu livro *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise* a ascensão e queda da idealização do Brasil enquanto modelo a ser seguido e possível destino dos negros americanos, como esse mito cai ao longo da primeira metade do século XX.

<sup>22</sup> Após o período da Reconstrução, legislaturas estaduais do sul dos Estados Unidos, impuseram leis segregacionistas que consideravam os negros como cidadãos de segunda classe. Elas foram promulgadas no final do século XIX e início do século XX e ficaram conhecidas como leis de Jim Crow.

por meio do ensino e meios de comunicação. Desse modo, a ideia de convivência harmônica entre raças ganha capilaridade na sociedade e torna-se senso comum.<sup>23</sup>

O intuito era firmar a imagem de que o país não tinha problema racial e, sim, da ordem social, o que se tornou um entrave para o avanço da discussão, uma vez que se não há racismo, não há necessidade de se fazer algo a respeito. Tal atmosfera transformou em inimigos, de forma perversa, os negros que ousaram denunciar a discriminação racial daquele momento. Um dos mecanismos de inibição da época era estigmatizar o denunciante de complexado ou divisionista da nação, o que dificultou, por muito tempo, o apontamento da democracia racial enquanto mito.

O mito da Democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. [...] encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2008, p.80).

Já na década de 1950, na academia, a partir do “projeto<sup>24</sup> UNESCO de relações raciais”, que teve a participação da psicanalista Virgínia Bicudo,<sup>25</sup> chegou-se à conclusão de que o Brasil tinha, de fato, problemas raciais e que as diferenças do racismo enfrentado por

---

<sup>23</sup> Compreendemos “senso comum” neste trabalho pela perspectiva de Antonio Gramsci que o entendia — respaldado por dois elementos centrais (Religião e Folclore) — “como uma visão de mundo difundida nas classes subalternas de forma desordenada e assistemática (MARI e GRADE, 2012, p. 2).”

<sup>24</sup> No início da década de 1950, o projeto Unesco de relações raciais — liderado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento ligadas à compreensão do pensamento social brasileiro — forneceu um importante panorama sobre o preconceito e discriminação racial no país, demonstrando, através de estudos detalhados, a correlação entre cor ou raça e status socioeconômico. Dentre os estudiosos envolvidos no projeto, destacamos a Virgínia Leone Bicudo, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris.

<sup>25</sup> Virgínia Bicudo (1910-2003), paulistana, filha de uma imigrante italiana branca e de um brasileiro negro, neta de uma mulher escravizada alforriada, foi a primeira mulher a fazer análise na América Latina. Foi, também, a primeira psicanalista não médica do Brasil e uma das responsáveis pela introdução da prática no país. Ainda, foi a primeira pessoa a escrever uma tese sobre relações raciais no Brasil, inaugurando, na academia, o debate sobre racismo. Ver a tese de mestrado “Os segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)”. Próximo ao final da Segunda Guerra Mundial, Bicudo apresentou sua reflexão sobre como a cor é uma importante variável na “produção de desigualdades sociais em contexto intelectual no qual prevalecia a máxima de que o preconceito de classe seria reinante na sociedade brasileira” (MAIO, 2010, p. 325).

outros países, como Estados Unidos e África do Sul, eram de grau e não de essência. Salientamos que, até então, essas discussões ocorreram predominantemente no âmbito da academia, sendo massificada a partir da criação dos primeiros movimentos negros contemporâneos<sup>26</sup> nos anos 1970, frutos de mobilizações coexistentes da época intercorrendo no exterior: os movimentos pró-descolonização do continente Africano e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. O segundo — através da mídia, textos, cinema e música — teve maior influência no Brasil devido à importância geopolítica estadunidense no sistema global e, também, por ser um movimento que buscava soluções de melhoria de convivência de grupos étnico-raciais, ao passo que, na África, as demandas eram de expulsão dos colonizadores.

Já nos anos 1980, tomados por novas percepções acerca das discussões sobre raça, alguns exilados da ditadura, que tiveram contato com as manifestações ocorridas no exterior, retornam ao Brasil com ideias progressistas atualizando essa discussão em diversos setores da sociedade, como academia, mídia, sindicatos, partidos políticos etc. A seguir, surgem os primeiros órgãos consultivos do negro, a Fundação Zumbi dos Palmares (1988), a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (1991), Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1998)<sup>27</sup>, secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial (2003), aprovação da Lei 10.639 (2003)<sup>28</sup>:

---

<sup>26</sup> Em 1971, em Porto Alegre, surge o Grupo Palmares, um marco fundamental para os movimentos negros contemporâneos que depois se expandiram pelo Brasil.

<sup>27</sup> Pela primeira vez, na história do Brasil, um presidente reconhece a existência de um problema racial sério.

<sup>28</sup> Esta lei brasileira estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Em certa medida, ela é a concretização dos ideais imaginados pelos movimentos negros contemporâneos.

Com avanços e limites a Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras (GOMES, 2009, p. 40).

E, por fim, a aprovação da política de ações afirmativas<sup>29</sup> para negros, a chamada Lei de Cotas (2012). Todo esse processo tem provocado uma transformação simbólica e a inclusão, saudável, da questão racial no debate público.

Desse debate,<sup>30</sup> sustentado pela necessidade do Estado de se criar uma identidade nacional miscigenada, emerge o negro brasileiro, pós-colonial, autodeclarado, nomeado pelo Outro, desde o início do Brasil, travando lutas simbólicas com desdobramentos psíquicos.

## 1.2 A INVENÇÃO MODERNA DA RAÇA

Apesar de ser utilizada como um *legi-signo* das diferenças morfológicas dos seres humanos, a noção de raça biológica não existe:

O homem moderno distribuiu-se geograficamente e desenvolveu características físicas, incluindo cor da pele, por adaptação ao ambiente de cada nicho geográfico. Geneticamente, no entanto, não houve diversificação suficiente entre esses grupos geográficos para caracterizar raças em um sentido biológico, como mostrou recentemente o geneticista americano Alan Templeton. (PENA et Al., 2000, p.20).

Inclusive,

---

<sup>29</sup> O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa — GEMAA — define as ações como “políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no reconhecimento cultural e/ou no acesso à educação, saúde, ao emprego, a bens materiais, às redes de proteção social.”

<sup>30</sup> Existe ampla e importante bibliografia demonstrando como o racismo opera nas relações sociais a partir de uma estrutura forjada no período colonial, com desdobramentos adaptativos nos pós-colonialismo. Para tanto, recomendamos autores como Kabengele Munanga (2008); Silvio Almeida (2019); Noemi Moritz Kon, Cristiane Curi Abud, Maria Lucia da Silva (2017); Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2017); dentre outros.

o conceito de raça é um dos mais difíceis de definir cientificamente. Se admitirmos, como a maioria dos especialistas posteriores a Darwin, que a espécie humana pertence a um único tronco, a teoria das “raças” só pode ser desenvolvida cientificamente dentro do contexto do evolucionismo (KI-ZERBO, 1981, p. 283).

Esse “fenômeno da modernidade” (ALMEIDA, 2019, p.24), registrado no território simbólico, é uma construção epistemológica criada pelos grupos dominantes ao longo da história das sociedades para ser acessado como recurso de diferenciação entre grupos socialmente e idealmente semelhantes e os “diferentes”, de acordo com o contexto:<sup>31</sup>

[...] o preconceito em relação à ascendência étnica combinado com a ação discriminatória sempre existiu em diversos períodos da história. Os conceitos de sangue e de ascendência já desempenhavam um papel central nas formas medievais de identificação coletiva, ao passo que o moderno antagonismo étnico e racial foi, em grande medida, inspirado nos conflitos religiosos tradicionais. (BETHENCOURT, 2018, n.p).

Entretanto, é preciso fazermos uma importante ponderação que Diop (2010) nos suscita sobre esta narrativa da inexistência da diferenciação racial. Segundo o autor, tal discurso moderno é, de certa forma, uma imposição eurocêntrica sobre a ciência. Assim, o antropólogo argumenta:

Dizem-nos que a biologia molecular e a genética reconhecem apenas a existência de populações, e que o conceito de raça já não tem qualquer significado. No entanto, sempre que aparece alguma questão sobre a transmissão de doenças hereditárias, o conceito de raça, no sentido mais clássico do termo, reaparece, pois a genética nos ensina que “a anemia falciforme ocorre apenas entre os negros”. A verdade é que todos estes “antropólogos” já esquematizaram em suas mentes as conclusões derivadas do triunfo da teoria monogenética da humanidade, sem ousar dizê-lo explicitamente, pois, se a humanidade teve origem na África, foi necessariamente negroide antes de se tornar branca através de mutações e adaptações, no final da última glaciação na Europa, no Paleolítico Superior (DIOP, 2010, p.36).

No ensaio “A Conservação das Raças”, o sociólogo W.E.B Du Bois (1897) definiu raça como “um conceito sócio-histórico”. Para essa síntese, o autor sustentou que, em primeiro lugar, os grupos unem-se pela identidade racial e sangue em comum e, em segundo lugar — mais importante para Du Bois —, unem-se para partilhar e reproduzir características espirituais e psíquicas que transcendem as físicas (biológicas):

---

<sup>31</sup> O livro “Racismos: das cruzadas ao século XX”, de Francisco Bethencourt, apresenta um panorama de como o conceito de raça foi utilizado por diversas sociedades ao longo da história da humanidade.

é uma vasta família de seres humanos, geralmente de sangue e linguagem comuns, sempre de história, tradições e impulsos que, voluntária e involuntariamente, lutam juntos pela realização de certos ideais de vida, mais ou menos, concebidos com entusiasmo (DU BOIS, 1897, tradução nossa, n.p).

Na mesma perspectiva, Munanga (1996) raciocina:

[...] a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (MUNANGA, 1996, p. 17).

Silvio Almeida (2019) conceitua raça no contexto capitalista da sua criação: “é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI”. Afinal, no século XX, a ciência biológica comprovou a inexistência de raças humanas ao contrário do que acreditavam teóricos do naturalismo, como Carl Von Linné, no século XVIII. Sobre isso, Munanga (2004) disserta:

O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes a raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (MUNANGA, 2004, p.20-21).

Em suma, no contexto atual, raça tornou-se um signo que descreve inúmeros objetos referentes a características morfológicas e herança cultural, carregando valores simbólicos que, no cenário brasileiro, preterem prioritariamente os herdeiros africanos e superestima os eurodescendentes.

E ser negro ainda passa por uma ideia de identidade que transcende as composições físicas e culturais. Para Nei Lopes (2011):

Identidade, em termos psicossociais, é a convicção que um indivíduo tem de pertencer a determinado grupo social, convicção essa adquirida graças a afinidades culturais, históricas, linguísticas etc. Uma das mais árduas tarefas dos movimentos negros na Diáspora, em todos os tempos, tem sido a busca de uma coesão entre as populações negras para o encaminhamento de suas questões. E a dificuldade maior parece se centrar na definição e no desenho dessa identidade negra nos dias atuais.

Ao tempo da escravidão, a produção da identidade negra nas Américas deu-se por meio de processos paralelos: pela via da desafricanização e pela da racialização. Os africanos aqui escravizados foram forçados a esquecer suas origens, para assumirem a sua condição subalterna de “negros”. Num segundo momento, o movimento panafricanista na Diáspora pôs em curso uma reafricanização. No início do século XXI, no Brasil, a mobilização coletiva dos negros relativa às suas reivindicações específicas ainda esbarrava na falta de uma definição inquestionável sobre quem é efetivamente “negro” no país. (LOPES, 2011, n.p).

### 1.3 CRIAÇÃO DO SENTIDO DO SIGNO NEGRO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Negro — signo para definir todo e qualquer afrodescendente — é uma invenção do homem branco. Sem essa antítese, as pessoas com fenótipos representativos de uma herança genética proveniente de povos do continente africano não existiriam como *legi-signo* de uma raça imaginada. Nesse sentido, o intelectual afro-americano, James Baldwin,<sup>32</sup> ilustra:

O que os brancos devem fazer é procurar descobrir porque foi necessário ter um negro para começo de conversa. Porque eu não sou um negro. Eu sou um homem. E se eu não sou um negro, se vocês inventaram [brancos] isso, os brancos que inventaram isso precisam descobrir o porquê [para eles eu sou um negro]<sup>33</sup>.” O negro foi construído, com ele seus símbolos, signos e significantes que, dentro de um contexto social, político e econômico da sociedade, o empurraram para a margem do que o senso comum julga como lugar ruim de pertencimento.

Todos os padrões, quando você abre os olhos e olha para o mundo, olha para ele, não há nada refletindo você. Podemos dizer, por exemplo, que não há negros nos programas de televisão, nem na maioria das produções de Hollywood. O país declarou arbitrariamente que cabelo crespo, pele escura, nariz largo e lábios grandes são coisas horríveis de se ter. (BALDWIN, WCKT, 1963, tradução nossa).<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> James Baldwin, um dos principais intelectuais afro-americanos do século XX, foi ensaísta, dramaturgo, romancista e voz importante do movimento americano pelos direitos civis.

<sup>33</sup> James Baldwin em entrevista ao professor Dr. Kenneth Clark da City College of New York, durante o programa “The Negro and the American Promise”, produzido pela Boston Henry Morgenthau III e exibido em 1963.

<sup>34</sup> Entrevista de James Baldwin no Florida Forum, transmitida no WCKT, Channel 7, Miami, em 28 de junho de 1963.

Cor da pele e fenótipos recebem seus significados modernos como aparatos *representamens* do racismo a partir do final do século XV, fruto do encontro dos povos africanos com os europeus durante o início da invasão europeia ao continente africano. Nesse período, conforme apresentado no capítulo anterior, de forma estruturada e etnocentrista, os europeus iniciaram um processo de hierarquização das variações da humanidade colocando o brancoide no topo da estrutura, seguido pelas chamadas “sub-raças”. Tal sistema sustentou-se pelas teorias naturalistas da época e com aval da Igreja Católica. Já no início do século XX, com o declínio da escravização negra legalizada, os grupos dominantes buscaram, em diversos campos epistêmicos, justificar científica, ética e moralmente a manutenção do discurso do mestre baseado na superioridade branca sobre os africanos e seus herdeiros genéticos:

Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria entre outras, e destinado ao trabalho forçado, o africano veio a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de negro. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história, em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada. (M’BOW, 2010, p. XXII).

O processo de criação do negro enquanto um valor com cargas simbólicas que se penetram nos registros psíquicos alcançou diversos pilares da sociedade, mas só foi possível com a justificativa religiosa, endossada pela Igreja Católica, buscando dar sentido para a escravização dos corpos africanos:

Entre os séculos XV e XVI, seguidas bulas papais deram a justificativa religiosa e o respaldo político de que os portugueses precisavam para conquistar novos territórios na África e escravizar seus habitantes. [...] Na primeira, intitulada *Dum diversas*, de 18 de junho de 1452, o papa Nicolau V autorizava o rei de Portugal a atacar, conquistar e subjugar os mouros sarracenos, pagãos e outros “inimigos de Cristo”, capturar seus bens e territórios, escravizá-los e transferir suas terras para a Coroa portuguesa de forma perpétua. Em outra bula de Nicolau V, a *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, chamada pelos historiadores de “carta régia do imperialismo português”, o príncipe dom Henrique, o Navegador, foi autorizado a escravizar não apenas os muçulmanos, mas todos os pagãos que se encontrassem entre o Marrocos e a Índia — ou seja, toda a população do continente africano [...]. Essa mesma bula dava uma suposta explicação filosófica e teológica que seria usada para justificar a escravidão e o tráfico negreiro pelos quatro séculos seguintes: era uma forma de salvar a alma dos cativos ao convertê-los ao cristianismo (GOMES, 2019, n.p).

Porém, superada a justificativa religiosa, como sintoma do Iluminismo, tentou-se endossar a supremacia brancoide, sob o véu eurocêntrico, apoiada na razão das ciências naturais. Santos (2005) disserta exaustivamente, em “A invenção do negro”, como teses

sobre as diferenças raciais elaboradas pela biologia; utilizaram-se teorias sobre a transformação da cor dos indivíduos em uma face visível de suas essências (argumentos da fisiologia); considerou-se que cada raça obedece a uma hierarquia temporal ou é um motor da história (argumentos da antropologia histórica); através da frenologia foi feita a “constatação” de que a raça e o tamanho dos crânios e cérebros determinavam o caráter do indivíduo e, a partir daí, foi criado um código legal, uma jurisprudência que levasse em consideração a raça de cada um; não foram esquecidas as idéias de que a cor é um valor e um símbolo próprio e nem a idéia segundo a qual haveria uma sexualidade definida pela raça (SANTOS, 2005, p.16-17).

Aliás, dentre os intelectuais da época que defendiam tal superioridade europeia, Sigmund Freud foi importante figura difusora desse ideário sobre povos africanos de sociedades diferentes, colocando-os na condição de “selvagens” não civilizados (FREUD, 1913). Em alguns de seus textos, “os leitores são retoricamente seduzidos a abraçar os postulados sem provas de que negros e outros povos não brancos são psiquicamente equivalentes aos antepassados dos brancos contemporâneos, as crianças ocidentais e aos doentes mentais do Ocidente” (MATORY, 2018, n.p).

Tal distinção social, a partir do etnocentrismo eurocêntrico, baseada nas características genéticas e posicionamento político (autodeclaração identitária), que culminou na criação do termo “negro” para definir cidadãos brasileiros, autodeclarados pretos e pardos, com características fenotípicas perceptíveis inerentes à herança genética de povos típicos do continente africano, foi criada com o desenvolvimento da nossa sociedade contemporânea. Em África, até o início da comercialização humana e invasão europeia, para os ancestrais dos escravizados traficados para o Brasil não havia uma categorização racial de “negros” ou, enquanto signo, como “uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto” (SANTAELLA, 2012 p. 90), carregado de qualidades — como cor da pele e características físicas diferentes das dos europeus —, que os portugueses entendiam como negros. Com o choque civilizatório experimentado por esses povos, foi introduzido, também, a reconfiguração dos códigos culturais com novos valores de diversas ordens discursivas.

Por exemplo, assumindo que “a linguagem, antes de significar alguma coisa, significa para alguém” (LACAN, 1954 p.86), é possível afirmar que o signo negro<sup>35</sup> e suas variações linguísticas desenvolvem seu sentido moderno, para os africanos, a partir do período da escravização, no momento em que os povos do continente mãe são coagidos a adentrarem o sistema de significantes dos seus algozes. Esse processo de significação pode ser compreendido a partir da definição de Charles Sanders Peirce de signo semiótico:

[...] *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento do representamen* (1931-58, p. 2.228 apud SANTAELLA, 1995, p.228).

Também é preciso lembrar que assim como a escravidão produziu etnias distintas, a dimensão do ser negro desenvolveu-se diferentemente nos espaços sociais de acordo com os seus universos e microuniversos: nos Estados Unidos, o racismo contra pessoas negras atua de um forma, assim como na África do Sul ocorre de outra maneira, já países da América espanhola têm outra dinâmica. Nesse sentido, o Brasil também apresenta sua particularidade e, considerando as dimensões continentais, a forma de diferenciação varia de estado para estado (microuniversos).

Por exemplo, para os norte-americanos, são considerados negros<sup>36</sup> (*blacks*) ou afro-americanos qualquer pessoa que tenha em sua linhagem herança africana, sendo a origem o fator preponderante. Por outro lado, no Brasil, para ser considerado negro (preto ou pardo), é preciso autodeclarar-se como tal, além de apresentar características físicas que atestem tal discurso. Ou seja, um sujeito pode ser lido socialmente, no Brasil, como branco e, nos Estados Unidos, como afro-americano. Oracy Nogueira escreveu sobre os preconceitos de marca e origem, o que nos ajuda a entender as dinâmicas abordadas anteriormente:

---

<sup>35</sup> Termo geralmente usado para enunciar pessoas, geralmente, de epiderme marrom, com cabelos crespos ou cacheados, nariz largo e achatado ou que apresente marcadores físicos que aludem à ancestralidade proveniente de povos do continente africano.

<sup>36</sup> No inglês, a palavra *nigger*, de raiz etimológica semelhante ao termo negro (português), é um insulto racial direcionado a pessoas afrodescendentes.

preconceito de cor ou de marca racial, em contradistinação ao preconceito racial de origem, implica a idéia de preterição e, portanto, por definição, a possibilidade de serem os seus efeitos atenuados, contrabalançados ou agravados pela presença ou ausência de outros característicos pessoais ou sociais (NOGUEIRA, 1998, p.239).

Esse processo de aculturação sígnica perdura ao longo de pelo menos cinco séculos e se fixa nos três registros psíquicos dos povos envolvidos no terror do ecossistema escravocrata (colonizadores e colonizados) e, no Brasil, vai mediar, em todas as camadas (sociais e psíquicas), as relações socioeconômicas da população desse país.

A partir desses ideais sígnicos, em conjunto com o assanhamento eugenista brasileiro, é que emerge o imaginário por meio do qual as elites e o senso comum enxergaram o negro. Hoje, a chamada população negra brasileira é produto desse sistema escravocrata europeu que sintetizou dezenas de povos em signo da linguagem: o negro brasileiro.

Então, o negro tipo brasileiro surge da união forçada de diversas culturas do continente africano: é como se, da noite para o dia, sequestrassem e acorrentassem europeus (alemães, portugueses, holandeses, ingleses, belgas, espanhóis etc) e os amontoassem dentro de navios, levando-os traficados para conviverem entre si sob as leis e costumes dos povos iorubás dentro da nação nigeriana como mão de obra escravizada. Nesse processo, as memórias de seus grandes feitos seriam anuladas (descobertas científicas, artísticas, gastronômicas, sociais etc) do mesmo modo que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 30). Esse choque psíquico-cultural criaria um novo tipo de “europeu”, assim como criou um novo tipo de “africano”.

Como dito na seção sobre o debate racial, tentou-se criar uma identidade nacional no pós-abolição. Tanto o Estado, na tentativa de salientar o fenotípo brancoide, quanto os movimentos negros, que buscaram desenhar uma negritude brasileira. Hoje, basicamente, temos três percepções que operam nas dinâmicas sociais do país: a oficial, adotada pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>37</sup> e, conseqüentemente, pelo Estado brasileiro; o senso comum;<sup>38</sup> e a invocada pela academia.<sup>39</sup>

[...] a percepção social da cor e a escolha e/ou atribuição de categorias de cor é uma operação complexa que envolve não apenas uma apreensão de características fenotípicas, aqui imbuídas de valor e carregadas de significado, mas, que as categorias compõem um sistema, e que esta operação se processa num contexto de interação social (ARAÚJO, 1987, p. 15).

Esse caminho pavimenta a significação do negro contemporâneo — como *legi-signo* da convenção racista institucionalizada pelo aparelho colonialista — sendo um produto do racismo e sua valoração simbólica, onde os colonizadores brancóides inauguram, no território dos registros simbólicos da branquitude<sup>40</sup>, o negro como signo da linguagem e, tais dimensões, nos ajudam a compreender como as relações raciais operam no Brasil e como é complexo falar sobre essa temática não superada no país.

---

<sup>37</sup> Para o IBGE, negros são a soma entre os que se autodeclaram pretos ou pardos e, também, apresentem características fenotípicas perceptíveis. Sobre a junção dos dados, o IBGE explica que “a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados.” (NASCIMENTO e FONSECA, 2013, n.p)

<sup>38</sup> Com o debate racial sendo pauta nos principais eixos da sociedade brasileira, existe uma grande confusão sobre quem é ou não negro no Brasil, tanto da perspectiva dos próprios afrodescendentes quanto dos eurodescendentes. Existem diversas variáveis que influenciam esse debate e que merecem um aprofundamento sensível sobre o assunto. Então, como não é o foco de nosso trabalho, dada a complexidade do tema e necessidade de uma análise mais aprofundada, não correremos o risco de invocações rasas. Sendo assim, limitamo-nos apenas à menção de tal fenômeno. Porém, o que impera na sociedade, principalmente entre a população negra, é que são consideradas pessoas negras aquelas com fenótipo afrodescendente, como a pele mais retinta.

<sup>39</sup> Há décadas, a academia — aqui falamos sobre a perspectiva dos intelectuais negros — debate sobre o que é ser negro no Brasil. Contemporaneamente, a principal frente considera negros todos indivíduos que apresentem características fenotípicas de ascendência africana, independente da graduação da cor da pele. Esse movimento, influenciado pelo conceito de colorismo norte-americano, não alcança coro no senso comum (na população distante da Academia).

<sup>40</sup> Os autores Müller e Cardoso (2018), conceituam branquitude como “pertença étnico-racial atribuída ao branco [...] o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, que, dessa forma, significa ser menos do que ele. O ser-branco se expressa na corporeidade, a brancura. E vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais.”.

## SEÇÃO 2 — A INTERAÇÃO DOS FENÔMENOS RAÇA E ETNIA SOBRE O CONSUMO DAS PESSOAS NEGRAS

Na seção anterior, mostramos como a população negra brasileira é o resultado perverso da sintetização artificial genético-cultural promovida pelos europeus colonizadores sobre os povos africanos de diversas nações. Em um primeiro momento, durante o período da escravização negra e, posteriormente, entre o início da República e o Estado Novo devido aos resquícios do sistema escravocrata implementado. Tal miscigenação teve povos de nações do continente africano (ashantis, fons, ewes, fantis, iorubás, bantos, mouros, dentre outros) como ingredientes ancestrais:

Entre as regiões brasileiras, havia diferenças significativas relacionadas aos portos de origem dos escravos. Quase a totalidade dos africanos traficados para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco saíram de Angola. No caso da Bahia, mais da metade (810 mil de 1,5 milhão) tinha como origem Nigéria, Benim e Togo, a região na época conhecida como Costa da Mina. Para o Maranhão e o Pará, a maioria (97 mil de 142 mil) vinha da chamada Senegâmbia (atualmente Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Guiné-Conacri). Esses números ajudam a explicar hoje as enormes diferenças no biótipo e nos hábitos e costumes dos afrodescendentes brasileiros, como por exemplo, pessoas negras mais altas e longilíneas na Bahia do que no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Explica também por que os jogadores negros de basquete da NBA norte-americana são, em geral, mais altos do que os brasileiros: descendem de cativos africanos da região do Senegal, de estatura mais elevada, como qualquer turista pode observar num passeio pelas ruas de Dacar, a capital senegalesa (GOMES, 2019, n.p).

Por isso, é necessário fazermos duas considerações: a primeira, diz respeito ao continente africano, que não é e nunca foi uma unidade étnico-cultural; a segunda, tem a ver com o fato de que, no Brasil, a ascendência africana dos escravizados provém de diversos troncos étnicos do continente original.

Desse modo, assim como os eurodescendentes não são, em geral, colocados em um único signo para as análises comportamentais (invoca-se a ascendência italiana, portuguesa, alemã etc), com a população afrodescendente não deveria ser diferente. É sempre bom lembrar que o Brasil possui uma extensa dimensão continental (praticamente do tamanho do continente europeu) e, desde a sua fundação, diversos grupos europeus fixaram-se no país. Esses movimentos migratórios ocorreram ora por invasões de terras, como os grupos portugueses, holandeses, espanhóis, franceses e ingleses; ora por imigrações patrocinadas pelo

Estado brasileiro com o objetivo de branqueamento da população nacional<sup>41</sup> e a criação do brasileiro ideal, como pomeranos, alemães (dentre eles, também imigraram nazistas fugitivos do fim da Segunda Guerra Mundial, como o conhecido anjo da morte Josef Mengele), italianos etc., além de brancos asiáticos do Líbano, Israel e Síria. Nesse sentido, assim como os povos afrodescendentes são multiculturais, os eurodescendentes também o são, no entanto, ambos gozam umbilicalmente, direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, do racismo à brasileira.

Essas considerações são importantes de serem feitas, pois, em certa medida, possibilitam dimensionarmos a influência africana na formação da estrutura psíquica brasileira, que se difere da organização mental dos europeus ora na subjetividade, ora na linguagem, ora na biologia. Do ponto de vista racial, a população negra experiencia dinâmicas no consumo a partir da sua herança genética que ora será influenciada pela origem de seus ancestrais, ora será percebida a partir das consequências diretas que o racismo tatua nos corpos do grupo analisado. Para exemplificarmos, mostraremos como a variável da herança genética se sobrepõe no consumo da população negra por meio das características biológicas inerentes à afrodescendência. Nesse sentido, a seguir, demonstraremos de que maneira os fenômenos étnico-raciais influenciam o consumo da população negra nas mais diversas camadas da sua experiência de preenchimento de falta (seja na condição da necessidade básica ou supérflua) através do consumo das coisas.

## 2.1 LITERATURA SOBRE CONSUMO

Nas últimas décadas, encabeçados por literaturas europeias e estadunidenses, os estudos sobre consumo têm ganhado corpo nas ciências sociais, expandindo fronteiras para além das áreas de comunicação, marketing e levantamentos realizados pelos institutos de pesquisa de mercado que alimentam os departamentos de marketing das companhias. Porém,

---

<sup>41</sup> No Congresso Mundial das Raças, realizado em Londres em 1911, o então representante brasileiro, João Baptista Lacerda, apresentou no evento o discurso “Sur les métis au Brésil” (Sobre os mestiços do Brasil), por meio do qual defendeu a miscigenação brasileira como algo positivo a partir da sobreposição dos traços da raça branca sobre as outras, a negra e a indígena. No mesmo documento, Lacerda projetou que, em até 100 anos, pela via da miscigenação, o “problema da raça” estaria resolvido no Brasil.

existe uma certa neblina que paira sobre a definição do que é consumo, comumente associada à “dimensão singularizada” do termo *sociedade de consumo* (BARBOSA, 2004, p. 7).

O consumo nos constitui enquanto seres sociais e, ao longo da história, acompanhou a evolução da humanidade adquirindo diversas significações no decorrer do tempo, mesmo que não anunciadas: “o consumo é um processo social profundamente elusivo e ambíguo” (BARBOSA e CAMPBELL, 2006, p.21). Mesmo caracterizado pelo ato de supressão de qualquer falta, pode ser dividido em duas frentes: o de necessidade e o supérfluo. Campbell (2006), em “Cultura, Consumo e Identidade”, apresenta-nos um histórico interessante acerca de como o consumo adquire conotações negativas e moralistas a partir de um “olhar ocidental sobre ele”, valores que permanecem até os dias de hoje nas principais teorias sobre o tema:

Historicamente, as representações negativas do consumo são instauradoras do olhar ocidental sobre ele. Sócrates e Platão já discutiam as necessidades humanas básicas e fixas, e os males que advinham do consumo de bens supérfluos por aqueles que levavam uma vida luxuosa. Considerava-se que o consumo além do razoável afetava o caráter do homem. Enfraquecia-o, tornava-o covarde e fraco diante da dor. Por conseguinte, seria incapaz; de defender a *polis*, ou seja, um mau cidadão. Os romanos pouco se diferenciam dos gregos com suas concepções sobre os malefícios do que consideravam consumo excessivo e luxuoso, e seu potencial emaculante para os homens. O consumo, além de ser efeminante, no sentido de tornar um homem covarde, corrompia o seu caráter e, portanto, era dever do Estado zelar para que isso não ocorresse. Daí a força da censura romana e suas leis suntuárias regulando os banquetes, as indumentárias e os funerais de seus cidadãos.

Esse paradigma "clássico" perdurou por toda a Idade Média e se estendeu até os tempos modernos. A única grande mudança ocorreu com a conversão do consumo de vício em pecado, trazida pelo cristianismo e, em particular, por Santo Agostinho. Nos séculos XVII e XVIII, iniciou-se uma série de debates, que levaram a uma temporária (des)moralização do consumo e do luxo. Os "economistas da época" começaram a investir no entendimento das estreitas relações entre produção e consumo e nas implicações deste para o crescimento econômico e a riqueza das nações. (Ibidem, 2006, p. 34, grifo do autor).

Portanto, é importante definirmos o prisma geral da concepção de consumo que orientou nossos estudos. Por essência, é possível definir consumo como parte intrínseca de todos os seres animados móveis e imóveis e inanimados:<sup>42</sup> o consumo pode ser definido pelo ato de se adquirir algo que falta, independente de qualquer relação exclusiva à exaustão ou

---

<sup>42</sup> Na tradição da savana africana, particularmente nas tradições dos povos bambara e peul, o conjunto das manifestações da vida na terra divide-se em três categorias ou “classes de seres”, cada uma delas subdividida em três grupos: inanimados — minerais, metais, água, areia etc —, animados imóveis — vegetais —; animados móveis — humanidade, animais, insetos etc — (BÁ, 2010, p. 184).

aquisição/troca mercantil. Logo, pode ser encontrado, por exemplo, nas dinâmicas entre ursos pandas e bambus, pedras e minerais, plantas e raios solares, pulsão e objetos de satisfação dos desejos, sujeitos e consumidores. Livia Barbosa (2004), em “Sociedade de Consumo”, sintetiza que “consumir é uma das mais básicas atividades do ser humano”, afinal, “pode-se viver sem produzir, mas não sem consumir”. Barbosa também nos ajuda a compreender que “consumir, seja para fins de satisfação de ‘necessidades básicas’ e/ou ‘supérfluas’ — duas categorias básicas de entendimento da atividade de consumo nas sociedades ocidentais contemporâneas — é uma atividade presente em toda e qualquer sociedade humana” (BARBOSA, 2004, p.7). Em outras palavras, os humanos devem consumir para viver.

Consumo pode ser definido, por exemplo, para economistas e profissionais de marketing como “um processo individual, quantificável, de satisfação de necessidades individuais bem definidas” (Ibidem, p.26).

Jean Baudrillard (1997), da perspectiva antropológica, apresenta-nos a definição de consumo como,

um modo ativo de relação (não apenas com os objetos, mas com a coletividade e com o mundo), um modo de atividade sistemática e de resposta global em que se funda todo o nosso sistema cultural [...]. O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática de signos (BAUDRILLARD, 1997, p. 206).

Nessa perspectiva, Zygmunt Bauman escreveu, em “Vida para consumo”, que

o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos. Visto dessa maneira, o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos — e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos. (BAUMAN, 2007, p.37).

Apesar dessa constatação, Bauman e outros autores, como Baudrillard (1995) e Lipovetsky (2007), por exemplo, leram o consumo e a sociedade de consumo de um ponto de vista obscuro, compreendendo-o como mal-estar da sociedade pós-moderna com “perda de autenticidade das relações sociais, materialismo e superficialidade” (BARBOSA, 2004, p.10).

Nesse sistema, o sujeito é considerado um “drogado” do consumo (LIPOVETSKY, 2015, n.p), ou seja, um consumista:

[...] para muitos autores — como Frederic Jameson, Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard e outros — a cultura do consumo ou dos consumidores é a cultura da sociedade pós-moderna, e o conjunto de questões discutidas sob esse rótulo é bastante específico. Ele inclui a relação íntima e quase causal entre consumo, estilo de vida, reprodução social e identidade, a autonomia da esfera cultural, a estetização e comoditização da realidade, o signo como mercadoria e um conjunto de atributos negativos atribuído ao consumo tais como: perda de autenticidade das relações sociais, materialismo e superficialidade, entre outros (Ibidem, p. 10).

Outro ponto de vista é o do viés antropológico. Everardo Rocha (1990) desenvolve a ideia de sociedades tribais — conceito emprestado de Lévi-Strauss — conectando a publicidade e o consumo (também de uma forma exclusivamente mercadológica) ao totemismo. Clotilde Perez vai analisar o consumo a partir da antroposemiótica, inclusive, em alguns trabalhos, ela reflete sobre as “condições antroposemióticas do negro na publicidade contemporânea” (PEREZ, 2011, p.61-84). E Néstor Canclini, a partir de uma teoria sociocultural do consumo, apresenta-nos o consumo como “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 2015, p. 60), propondo a psicanálise como uma ferramenta de reflexão e análise.

Nesse sentido, teremos como apoio as reflexões defendidas por autores como Fayola Nicholas, Colin Campbell, Livia Barbosa, Grant McCracken, Mary Douglas, Néstor Canclini e outros:

[...] quais as razões que levam as pessoas a consumirem determinados tipos de bens, em determinadas circunstâncias e maneiras? Qual o significado e importância do consumo como um processo que media relações e práticas sociais, as relações das pessoas com a cultura material e o impacto desta na vida social? Qual o papel da cultura material no desenvolvimento da subjetividade humana? É possível a elaboração de uma teoria sobre consumo que dê conta de todas as suas modalidades? (Ibidem, p. 10-11).

Então, em resumo, a partir de perspectivas semiopsicanalíticas, pensaremos “como o consumo [da população negra] se conecta com outras esferas da experiência humana e em que medida ele funciona como uma ‘janela’ para o entendimento de múltiplos processos sociais e culturais” (Ibidem) deste grupo:

O consumo é pensado aqui como o ato aquisitivo, a posse e o uso de bens e serviços, bem como seu significado para os atores sociais envolvidos. Não se trata apenas de um consumo material e imaterial. Trata-se também de um consumo de símbolos, portanto, um consumo cultural e social. (TASCHNER, 2010, p. 48).

## 2.2 DO CONSUMO ÉTNICO AO AFROCONSUMO

Quando nos debruçamos sobre a literatura vigente, base para os estudos sobre consumo, seja na ordem da linha estrita aos processos mercadológicos ou na seara dos processos sociais, a população negra raramente é citada enquanto agente consumidor e, quiçá, como protagonista que tem desejos e necessidades específicas inerentes a sua herança genética que constrói um tipo de sujeito singular na sociedade brasileira. Quando evocados nas análises, protagonizam a “dimensão de minoria discriminada e excluída” (Ibidem, p. 60), ou como bem disse Abdias do Nascimento: “É o escritor branco, de modo paternalista, falando dos problemas de minha raça” (RODRIGUES, 1997, p. 259).

Apesar de os estudos sobre consumo terem avançado e já formarem um amplo repertório, eles têm sido teorizados a partir de perspectivas de países desenvolvidos em contextos estáveis, como Estados Unidos (Lipovetsky, Douglas), e Europa (Bauman, Baudrillard). No entanto, ainda são poucos os estudos que buscam compreender o consumo brasileiro a partir das perspectivas locais (Barbosa, Perez, Yacooub), e quando falamos da população negra, a escassez é ainda maior. Em “Sociedade de Consumo”, Livia Barbosa (2004) suscita um questionamento importante que vai ao encontro do mote principal deste ensaio:

[...] determinados grupos sociais como, por exemplo, é o caso dos negros, lhes é negado inteiramente o status de consumidores. Apesar da existência de uma vasta bibliografia sobre negros no Brasil, esta enfatiza, basicamente, a dimensão de minoria discriminada e excluída deste grupo e a sua dimensão étnica e/ou religiosa. (Ibidem, p.60)

Tal universalismo no consumo, baseado no etnocentrismo, é mais um dos sintomas da herança colonial.

Na literatura internacional, autores como Sudhir Venkatesh (1995) vão rotular de etnoconsumismo (*ethnoconsumerism*) “uma estrutura conceitual para estudar o

comportamento do consumidor usando as categorias teóricas originadas em uma dada cultura”. Estudiosos como Stayman e Deshpande refletiram sobre como elementos situacionais (ambiente social e tipo de produto) influenciam a relação entre etnia e comportamento do consumidor, ou seja, o comportamento na condição de sintoma do que chamaram *felt ethnicity*, sendo “um estado psicológico transitório dos indivíduos que se manifesta de diferentes maneiras em diferentes situações” (ZMUD, 1992, 443-449). Baseado no conceito da etnia situacional, Zmud (1992) propõe a adição de duas variáveis importantes para serem consideradas nesse processo: “uma identidade cultural que é estável e uma identidade social que varia”. Buscando compreender a relação entre raça negra e consumo, Robert E. Weems Jr (1998) disserta sobre a complicada relação entre afro-americanos, capitalismo e consumismo.

No Brasil, Sansone (2003) inicia um processo de pensamento do consumo a partir da afrodescendência, chamando de “África própria” o tipo específico de consumo criado ativamente pelos negros no Novo Mundo e “mercantilização da cultura negra” a ideia de um consumo de uma estética afro-brasileira. Já Gonçalves e Ribeiro (2006) denominaram as dinâmicas de consumo específicas da população negra brasileira com influências indígenas, europeias e asiáticas como um consumo da cultura negra. Apesar dos autores considerarem as especificidades inerentes à população negra, as dimensões ainda são alcançadas no campo da cultura e das relações sociais sem mencionarem as variáveis genéticas que influenciam significativamente o consumo dos negros no Brasil.

Essa lacuna é o ponto-chave do que chamamos de afroconsumo neste ensaio, visto que essa noção se diferencia das análises até aqui apresentadas por abarcar não só as dimensões sociais, as reproduções culturais e as dinâmicas inerentes a esse grupo, mas também a forte influência que a herança genética tem no como, o que e onde esses indivíduos consomem. É um pensamento que vai além do culturalismo<sup>43</sup> de Florian Znaniecki, da etnicidade situacional de Rohit Deshpande e Douglas Stayman, do etnoconsumismo de Sudhir Venkatesh e da “África própria” de Sansone, pois o Brasil é um país fundamentado estruturalmente e

---

<sup>43</sup> Escola americana de Antropologia que tende a considerar essencial a especificidade da "cultura", encarada como hábito do grupo social, por oposição à natureza.

institucionalmente a partir de ideologias racistas. Logo, as variáveis sintomáticas desse sistema devem ser consideradas nas análises sobre consumo. Nesse sentido, este ensaio torna possível, a partir dos modelos teorizados por Stayman e Deshpande (1989), sobre a influência da etnia no consumo, e Zmud (1992), acrescentando a variável identidade cultural, aprimorar a discussão por meio da inclusão das variáveis raça — do ponto da herança genética — e etnia — sob a perspectiva dos marcadores sociais e relações experimentadas através do racismo.

### 2.3 A INTERAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES COM O CONSUMO E O CONSUMISMO COMO MECANISMO DE DEFESA

O choque epistêmico, psicológico, cultural, religioso, sexual e genético entre o mundo africano e o mundo europeu gerou desdobramentos nos aparelhos psíquicos dos africanos escravizados, influenciando, portanto, a forma como a população negra no Brasil consumiu até os dias de hoje. O desenvolvimento do racismo à brasileira e como este contexto peculiar de nossa sociedade produziu sintomas na cultura inerentes ao tipo de racismo projetado neste país gerou consequências que tiveram impacto tanto nas demandas psíquicas quanto nos comportamentos e hábitos de consumo desse grupo social. A angústia provocada pela ausência do objeto (não conhecer o objeto) é uma característica típica desse racismo, uma vez que se cria a ideia de que o racismo não existe, coloca-se em cheque as crenças do negro, produzindo sujeitos neuróticos.

Em relação à intersecção entre os estudos sobre consumo e a população negra, nos Estados Unidos, por exemplo, onde pretos/afro-americanos são, apenas, 12,7%<sup>44</sup> (41.617 milhões) da população estadunidense, estudos mercadológicos, como *Young, Connected and Black* (2016) produzido pelo instituto de pesquisas Nielsen; *The “Good Hair” Study: Explicit and Implicit attitudes toward black women’s hair* (2016) realizado pela consultoria Perception; e *It’s in the bag: Black Consumers’ path to Purchase*<sup>45</sup> (2019) também liderado

---

<sup>44</sup> **ACS Demographic and Housing Estimates 2018.** [S.l]: United States Census Bureau, 2018. Disponível em: <t.ly/siYe>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

<sup>45</sup> **It’s in the bag: Black Consumer’s path to Purchase.** [S.l]: Nielsen. Estados Unidos, 2019. Disponível em: <t.ly/7hw8>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

pela empresa Nielsen, pesquisam, especificamente, o consumo da comunidade negra americana, investigando seus ritos e trocas simbólicas, aspiracionais, demandas por produtos, hábitos e tendências, afinal, é um mercado que, sozinho, tem um poder de compra de 1,3 trilhão de dólares anualmente. Em outras esferas do consumo, por exemplo, nas área da saúde, pesquisadores buscam compreender constantemente os efeitos que a raça e o racismo têm sobre a vida dos negros estadunidenses, como em: *Experiences of racism and subjective cognitive function in African American women* (COOGAN et al, 2020).

No Brasil, embora os estudos sobre consumo tenham avançado no decorrer das últimas décadas, quando falamos sobre essa intersecção, há um oceano a ser investigado: “Os negros brasileiros são representados como essenciais para a produção, mas até agora têm tido um perfil relativamente reduzido no mundo do consumo; eles estão quase ausentes, por exemplo, das propagandas de bens supérfluos” (SANSONE, 2003, p. 32). Em todo caso, vemos alguns vestígios de setores especializados em tendências olharem para o consumo da população negra como uma oportunidade, mesmo que timidamente. Uma matéria da revista “Pequenas Empresas, Grandes Negócios”, do ano de 1998,<sup>46</sup> intitulada “A descoberta do mercado étnico”, mostra como é recente o “despertar para o bilionário potencial de consumo da população negra brasileira” em um país predominantemente negro.

Sansone (2003) vai apresentar um outro atributo para o alcance do consumo, considerando-o um marcador étnico, bem como uma forma de oposição à opressão, uma maneira de, como negro, fazer-se visto ou mesmo ouvido. Nesse sentido, diante do racismo, que produziu ecossistemas característicos das relações de poder sobre indivíduos que carregam um valor simbólico negativo perante o viés de uma identidade superior construída, é inegável a influência que as dimensões étnico-raciais têm sobre o comportamento dos consumidores afrodescendentes, sobretudo, no Brasil. Em diversos momentos, ao longo da

---

<sup>46</sup> Apesar do debate sobre a ausência da população negra como pragonista do seu próprio consumo não estar presente nas discussões massivas, alguns pensadores como Abdias do Nascimento já apontava para essa necessidade e desenvolviam atividades nesse sentido, como a companhia tetral brasileira, o Teatro Experimental do Negro (1944-1961). Também, em “Lugar de negro” (1982), Lélia Gonzales e Carlos Hosembalg, abordam a urbanização do negro, sua presença na publicidade e, em certa medida, apontam como a esse grupo social é preterido pelos brancos em relações de mobilidade sócioeconômicas.

vida desses atores sociais, tais dispositivos entram em operação para tomadas de decisão por meio da psique desses sujeitos mediando as relações de consumo. Considerando que

o impacto do racismo na subjetividade dos indivíduos negros se apresenta nos processos de reprodução e/ou resistência, expressados de muitas maneiras, e aqui destacamos três: 1) silenciar o sofrimento; 2) negar o corpo, a descendência africana e negra e desejar embranquecer-se; 3) resistir de diversas formas: com o silêncio, com o engajamento em movimentos sociais, com o corpo [...], com violência [...] (JESUS e COSTA, 2017, p.328).

Antes mesmo do nascimento do corpo real, a população negra, inundada pelo desejo do Outro, experiencia o mundo a partir do prisma étnico-racial: “a linguagem determina a condição do sujeito, o que quer dizer que o sujeito é falado ainda antes de seu nascimento, portanto o filho, antes de nascer, já existe como elemento de linguagem” (MAY, 2010, p.264). E essa linguagem, “ordem constituída por leis” (LACAN, 1998, p. 414), é criada por e para atender a demandas psicossociais de um ideal virtual, eurodescendente. Seu nome, sua idealização, sua estética, o significante mestre, todos esses elementos já corrompidos pelo projeto colonial. Logo, seu nascimento se dá na terra hostil ao *sin-signo* da afrodescendência. Tais índices serão evidenciados a seguir.

Em 2008, um estudo<sup>47</sup> realizado pela Universidade de Bristol, na Inglaterra, constatou que homens de ascendência africana têm três vezes mais chance de desenvolver câncer na próstata. Já nos Estados Unidos, uma investigação<sup>48</sup> com afro-americanos constatou que a incidência e mortalidade por câncer de próstata nos homens negros é de 56,3%, contra 23,6% entre homens brancos. Uma outra pesquisa feita Universidade de Bristol em conjunto com pesquisadores da Exeter e College London<sup>49</sup>, publicada em 2015, buscou entender o comportamento dos homens em relação ao exame de próstata. O estudo constatou que a maioria dos homens negros não faz o exame preventivo, já que apenas 44% deles optam pela investigação, enquanto o índice é de 91% entre os homens brancos. Em ambos os grupos, segundo a pesquisa, o motivo mais comum para o declínio do exame preventivo foi a crença

---

<sup>47</sup> METCALFE, C. et al. **Raised risk of prostate cancer in Black men. Pathways to diagnosis for Black men and White men found to have prostate cancer: the PROCESS cohort study.** [S.l]: British Journal of Cancer, 2008. Disponível em: <t.ly/T6HP>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>48</sup> **Prostate cancer risk in African Americans.** [S.l]: Harvard Prostate Knowledge. Disponível em: <https://goo.gl/U2weA6>. Acesso em 27 mar. 2020.

<sup>49</sup> **Black men less willing to be investigated for prostate cancer.** [S.l]: University of Bristol, 2015. Disponível em: <t.ly/lk2z>. Acesso em: 21 de out. 2020.

no baixo risco de incidência da doença, mas significativamente mais homens negros afirmaram que simplesmente não queriam saber se tinham câncer. Tais comportamentos atitudinais são sintomas de um mal-estar na civilização que tem desdobramentos psíquicos nos sujeitos marcados socialmente pelo racismo. Dentre as desordens, estão a angústia, provocada pela ausência do objeto, vivenciada pela população negra no racismo cordial onde ele se faz presente, mas majoritariamente acessado a partir do campo da inconsciência.

No Brasil, em 1998, o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo realizou uma campanha<sup>50</sup> de prevenção multirracial com 3.000 homens por meio da qual constatou que o câncer de próstata que afeta os negros (chamado de adenocarcinoma) ocorre mais precocemente e é mais grave do que outros tipos da doença. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o urologista Sami Arap, coordenador da campanha, enfatizou: “Embora dados dos EUA já indicassem a prevalência, essa é a primeira vez que dados brasileiros correlacionam a doença com a etnia negra”. Mesmo com todos esses estudos científicos disponíveis, no país onde homens negros representam mais de 50% da população masculina, somando cerca de 54 milhões de pessoas, a principal campanha de conscientização sobre o câncer de próstata, Novembro Azul, idealizada pelo Instituto Lado a Lado pela Vida e apoiada pelo Governo Federal, não conta com qualquer direcionamento específico a esse grupo que é o mais vulnerável em se tratando da doença. Conforme apurado pela Think Enus, a partir do monitoramento da campanha realizada em novembro de 2017, em menos de 5% das peças de comunicação houve a presença de homens negros e, quanto à sua participação como protagonistas, esse número cai para quase 0%.

Ainda no campo da saúde, pessoas negras têm maior predisposição a desenvolverem hipertensão. A causa, entre os afro-brasileiros, pode estar ligada a questões históricas relacionadas ao modo como os negros chegaram ao Brasil. Conforme explica o Dr. Drauzio Varella,<sup>51</sup> nos navios negreiros,<sup>52</sup> as condições eram insalubres, precárias, sem qualquer tipo

---

<sup>50</sup> SCHEINBERG, Gabriela. **Câncer de próstata afeta mais negros**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 24 mai 2000. Disponível em: <t.ly/HNb4>. Acesso em: 21 de out. 2020.

<sup>51</sup> XONGANI, Ana Paula. **Nossa saúde: Drauzio Varella vamos conversar?!**. [S.l]: YouTube. 7 mar. 2020. Disponível em: <t.ly/tJKk>. Acesso em: 21 de out. 2020.

<sup>52</sup> Navio negreiro é o nome dado aos navios de carga para o transporte de escravizados, especialmente os oriundos do continente africano.

de higienização. Durante as viagens, era comum o racionamento de água, que era entregue em pouca quantidade para o consumo dos escravos. Nesse tipo de ambiente, frequentemente os escravizados eram acometidos por diarreias, infecções intestinais e desidratação e quase um terço deles morria antes mesmo de chegar ao Brasil. Aqueles que, geneticamente, tinham maior capacidade de retenção de sal no organismo eram os mais resistentes à desidratação e, por conseguinte, foram os que mais sobreviveram às travessias do Atlântico, ocorrendo uma seleção natural — forçada — desses indivíduos. Desse grupo de sobreviventes, emergiu a população negra brasileira. Então, essas pessoas que têm tendência a reter mais sal têm um risco maior de desenvolverem mais cedo a hipertensão. Tal hipótese também é considerada no artigo “Raça, genética & hipertensão: nova genética ou velha eugenia?”<sup>53</sup>, do médico epidemiologista Josué Laguardia, que comenta:

A origem africana e as condições históricas da colonização das Américas têm servido de substrato para o surgimento de hipóteses genéticas que expliquem a maior prevalência da hipertensão entre as populações negras. O papel preponderante que o metabolismo do sódio desempenha na regulação do volume sanguíneo e no equilíbrio tensional sugeririam que os negros seriam mais propensos a sofrer de uma mutação genética que afetaria a sua natriurese. Esse distúrbio funcional, de acordo com a hipótese da escravidão (Kaufman & Hall, 2003), se daria por serem os negros oriundos de uma região quente, úmida e pobre em suprimentos de sal, que os tornaria incapazes de reter sódio, e pelo efeito de uma seleção dos sobreviventes à travessia do Atlântico. (LAGUARDIA, 2005, n.p).

Sendo majoritária, também, no grupo de risco dos diagnósticos da hipertensão, seu consumo por serviços públicos de saúde potencializa os casos de pressão alta que evoluem para AVC<sup>54</sup> (Acidente Vascular Cerebral), o que em 2009 custou aos cofres públicos mais de R\$ 270 milhões<sup>55</sup>, subindo para R\$ 2,2 bilhões<sup>56</sup> em 2015.

Recentemente, em 2020, a pandemia provocada pela Covid-19 também escancarou o elemento raça no consumo da saúde pública. Os estudos publicados no jornal científico “Annals of the American Thoracic Society” e na revista científica “Nature”, a partir de dados

---

<sup>53</sup> LAGUARDIA, Josué. **Raça, genética & hipertensão: nova genética ou velha eugenia?** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fiocruz, vol.12 n.º.2, 2005, n.p. Disponível em: <t.ly/IMm5>. Acesso em 21 de out. 2020.

<sup>54</sup> **Fatores de risco para o AVC.** Rede Brasil AVC. Disponível em: <t.ly/b2Tm>. Acesso em: 21 de out. 2020.

<sup>55</sup> ABRAMCZUK, Beatriz; VILLELA, Edlaine. **A luta contra o AVC no Brasil.** [S.l]: Com Ciência - SBPC/Labjor, 10 jun. 2009. Disponível em: <t.ly/Wfst>. Acesso em: 21 de out. 2020.

<sup>56</sup> **Brasil é reconhecido pela OMS nas ações de combate e prevenção ao tabagismo.** Ministério da Saúde — Governo do Brasil, in: A Crítica. 21 jul. 2017. Disponível em: <t.ly/RL1q>. Acesso em 21 out. 2020.

coletados nos Estados Unidos e Londres, respectivamente, demonstraram como os negros correm mais riscos de contrair a Covid-19 do que os brancos. Dos 4.413 americanos infectados estudados, 17,8% apresentaram resultados positivos para a doença, mas apenas 9,6% eram brancos contra 78,9% negros (ADEGUNSOYE, VENTURA, LIARSKI, 2020). Ainda de acordo o estudo, a maioria dos negros geralmente trabalha em serviços considerados essenciais, como motoristas de ônibus, zeladores, funcionários públicos de saneamento básico, seguranças, entre outros. Além disso, os negros têm comorbidades relacionadas à manifestação mais grave da Covid-19, como hipertensão e diabetes, que afetam desproporcionalmente a comunidade negra. Já na Inglaterra, o estudo foi realizado com mais de 17 milhões de pessoas confirmando, também, que negras e negros são mais suscetíveis ao coronavírus. Segundo o levantamento, condições de saúde e pertencer a uma minoria étnica agravam o risco da doença.

O Brasil segue a mesma estatística negativa: segundo o estudo realizado pelos pesquisadores do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-RJ, com 8.963 pacientes negros internados, 54,8% morreram nos hospitais. Já entre os brancos, a taxa de letalidade foi de 37,9% de um universo de 9.988 pacientes brancos. Outra pesquisa, realizada em São Paulo, a maior cidade com mais pessoas negras no Brasil em números absolutos, revelou que negros são os mais atingidos pela pandemia. No estudo, é possível observar que os três distritos que apresentam maior índice de mortalidade pela doença na capital paulista estão entre os oito com maior número proporcional de população negra.

Segundo o site oficial do governo,<sup>57</sup> o Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema de saúde público e gratuito, o qual é disponibilizado aos mais de 200 milhões de brasileiros. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde, somente em 2014, contabilizou 4,1 bilhões de tratamentos ambulatoriais, 1,4 bilhão de consultas médicas e 11,5 milhões de internações. Dos milhões de usuários que dependem do SUS, 80% são pessoas autodeclaradas negras, de acordo com levantamento

---

<sup>57</sup> **População teve acesso a 1,4 bi de consultas médicas pelo SUS em um ano.** Governo do Brasil. 5 jun. 2015. Disponível em: <t.ly/QeUF>. Acesso em 21 out. 2020.

divulgado pela Organização das Nações Unidas em dezembro de 2017.<sup>58</sup> No entanto, esses usuários assíduos são preteridos dentro do sistema de saúde. Pelo menos é o que aponta uma das poucas pesquisas na área da saúde pública brasileira com recorte racial, já que o debate sobre as desigualdades raciais e suas consequências na saúde é recente:

Por exemplo, somente em 1995/1996 o campo raça/cor foi incluído em dois sistemas de registro contínuo (Sistema de Informação sobre Mortalidade e Sistema de Informação sobre Nascimentos), de acordo com as categorias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE [...] (CHOR e LIMA, 2018).<sup>59</sup>

Um estudo publicado, no ano de 2011, na “Revista de Saúde Pública da USP” e repercutido pelo jornal “Folha de S. Paulo”<sup>60</sup> mostrou que os piores indicadores de mortalidade materna no parto referem-se a mães pretas: o número é cerca de sete vezes maior (275 por 100 mil nascidos vivos) que o índice entre mulheres brancas (43 por 100 mil nascidos). A anestesia foi utilizada para o parto vaginal nos dois grupos de forma ampla, porém, a proporção de parturientes que não tiveram acesso a esse procedimento foi maior entre as negras — 38,2%. Segundo o mesmo levantamento, as negras foram mais penalizadas no momento de dar à luz, tanto por não serem aceitas na primeira maternidade onde procuraram atendimento quanto por, incrivelmente, receberem menos anestesia.

Conforme consta no estudo disponibilizado no ano de 2009 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),<sup>61</sup> “o recorte racial/étnico é fundamental para a análise dos indicadores de saúde e para o planejamento das ações”. A partir desse vetor, foram estudados brasileiros sob o viés étnico-racial e se descobriu com que intensidade o racismo estrutural desequilibra as políticas públicas:

---

<sup>58</sup> **Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra.** ONU BR - Nações Unidas do Brasil. 5 dez. 2017, Disponível em: <<https://goo.gl/cucfdL>>. Acesso em 27 mar. 2020.

<sup>59</sup> CHOR, Dóra; LIMA, Claudia Riso de Araujo. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, v. 21, n. 5, 2005, p. 1586-1594. Disponível em: <[t.ly/bj9H](https://doi.org/10.1590/S0102-311X05000593)>. Acesso em: 21 de out. 2020.

<sup>60</sup> PAIVA, Marcelo Rubens. **Pretas recebem menos anestesia.** São Paulo: Estadão, 9 abr. 2011. Disponível em: <[t.ly/YuRu](https://g1.globo.com/SP/brasil/noticia/2011/04/09/preta-recebe-menos-anestesia.html)>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>61</sup> MARINHO, Alexandre; CARDOSO, Simone; ALMEIDA, Vivian. **Desigualdade racial no Brasil: um olhar para a saúde.** [S.l]: Ipea, 29 dez. 2011, ano 8, ed. 70. Disponível em: <[t.ly/9UXS](https://doi.org/10.18085/1979-3910.201108070)>. Acesso em 21 out. 2020.

[...] Apesar de apresentarem necessidades de transplantes semelhantes, o acesso ao sistema de transplantes dos negros é muito inferior ao da população branca. [...] no Registro Brasileiro de Transplantes – 10 anos. Análise Quantitativa da ABTO, vê-se que 69% dos transplantes de rim realizados entre os anos de 1995 e 2004 destinaram-se à população branca. Também existiria uma situação desfavorável às mulheres em geral, que recebem apenas 39% dos transplantes de rim, apesar de serem ligeira maioria da população. Então, as mulheres negras, por serem mulheres, e por serem negras, têm uma dupla desvantagem nos transplantes. De acordo com nosso estudo Desigualdades de transplantes de órgãos no Brasil: análise do perfil dos receptores por sexo e raça ou cor, esse quadro de desigualdades entre etnias e entre gêneros não é muito diferente para outros órgãos sólidos (Ibidem, n.p).

Essa discriminação constatada no acesso a esse tipo de serviço público guarda relação com o dado obtido na pesquisa<sup>62</sup> realizada pela Think Etnus acerca de como pessoas negras consomem o mercado de trabalho: o convênio médico foi mencionado por 87% dos entrevistados como um benefício ideal a ser oferecido por uma empresa. E esses dados são reforçados em nosso estudo em diversas etapas da pesquisa. Por exemplo, no monitoramento das redes sociais, onde a área da saúde apareceu com 74% de interesse por parte da população negra.

No campo da educação, o estudo apurou que a conscientização e a entrada de um grande número de afro-brasileiros em instituições de ensino superior de qualidade impulsionam pesquisas universitárias cada vez mais profundas sobre temas relacionados aos interesses dessa parcela da população e às suas condições de vida, dando visibilidade a problemas graves e subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Mesmo com a adoção de ações afirmativas, a exemplo das cotas raciais, ainda se observa na educação superior uma menor concentração de negros nos graus acadêmicos mais elevados. Essa análise encontra corroboração no levantamento<sup>63</sup> da PNAD Contínua divulgada pelo IBGE em dezembro de 2019, que apurou que brancos têm maior acesso à educação no país em comparação aos negros. A taxa de analfabetismo verificada entre os negros foi de 9,1%, mais

---

<sup>62</sup> O estudo “Como pessoas negras consomem o mercado de trabalho” produzido pela Think Etnus (2017) contou com a coordenação do autor deste trabalho. No levantamento, foram entrevistadas pouco mais de 220 pessoas, das quais aproximadamente 200 eram afrodescendentes, ocupadas (exercendo qualquer atividade econômica com rendimento mensal) ou desocupadas (sem rendimentos mensais), moradoras de todas as regiões da capital paulista, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 50 anos, de todas as classes sociais.

<sup>63</sup> VETTORAZZO, Lucas. **País tem 11,8 milhões de analfabetos; taxa entre negros dobra ante brancos**. Rio de Janeiro: Folha, 21 dez. 2017. Disponível em: <t.ly/LkSg>. Acesso em 21 out. 2020.

do que o dobro da apurada entre os brancos (3,9%). Ainda conforme a PNAD, brancos têm em média nove anos de estudo, contra sete da população negra.

Essa população é, também, o grupo que mais vezes é vítima de assassinatos no país — pretos e pardos morrem cerca de duas vezes mais por agressões do que brancos: 136, 111, e 72 por 100 mil habitantes,<sup>64</sup> respectivamente. Segundo Ana Cláudia Pereira, oficial do Programa do Fundo de População da ONU, em entrevista para o portal de notícias G1:<sup>65</sup> “todos os anos são assassinadas no país 30 mil pessoas, 23 mil são jovens negros”. No mesmo sentido, os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), através do Atlas da Violência 2020, demonstram que, no Brasil, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% entre 2008 e 2018. No mesmo período, a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 12,9%. Enquanto os jovens negros são as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo da última década, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos negros e, em muitos casos, apresentam redução. Isso significa que negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. E, quando comparados aos não negros, a taxa foi de 13,9, significando “que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos”.<sup>66</sup>

Foi constatado, ainda, que os negros são minoria em todas as posições hierárquicas de trabalho: um levantamento<sup>67</sup> realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — detectou que a participação dos negros em cargos estratégicos representa apenas 4,7% dos cargos executivos e 4,9% dos conselhos de administração. Um dos sintomas é o fato de que negros representam 77,3% da população economicamente ativa, mas estão mais concentrados no setor de serviços, ocupando vagas majoritariamente operacionais e são

---

<sup>64</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil**. São Paulo: FLACSO, 2016. Disponível em: <t.ly/yPT5>. Acesso em 21 de out. 2020.

<sup>65</sup> MARQUES, Marília. **A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil”, diz ONU ao lançar campanha contra violência**. Brasília: G1 - Portal de Notícias, 07 de nov. 2017. Disponível em: <t.ly/A0jx>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>66</sup> **Atlas da Violência 2020: Principais Resultados**. [s.l]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020, p. 13.

<sup>67</sup> Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. São Paulo: Instituto Ethos, 2016, p. 6 et seq.

minoria em todas as posições hierárquicas de liderança em nível operacional; supervisão/coordenação; gestão e diretoria. Além disso, como melhor detalhado em tópico posterior, um estudo realizado em um universo de servidores públicos revelou que os negros também são minoria entre os profissionais das áreas científicas e intelectuais, representando parcela ínfima do total de médicos e de professores.

Fatores como esses demandam atenção de uma política pública mais qualificada e segmentada, análises mais reflexivas acerca da predominância do fator étnico-racial na vida dessas pessoas, tendo impactos diretos, por exemplo, no Índice de Desenvolvimento Humano. Segundo estudo<sup>68</sup> divulgado em maio de 2018 por pesquisadores de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), publicado no site da UNODC-BR (Organização das Nações Unidas Brasil), “apesar de avanços, a população negra brasileira ainda tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) menor que a população branca”:

[...] A diferença entre o IDH municipal de negros e brancos reduziu-se pela metade no intervalo de 2000 a 2010 — em 2000, o IDH da população negra (0,530) era 27% inferior ao da população branca (0,675). Em 2010, o IDH dos negros (0,679) passou a ser 14,4% inferior ao dos brancos (0,777). No entanto, os resultados mostram que o IDH dos negros em 2010 (0,679) está muito próximo do IDH que os brancos já tinham no ano 2000 (0,675). Em outros termos, o IDH municipal dos negros levou 10 anos para equiparar-se ao IDH dos brancos [...] (ONU-BR, 2018).

E no campo dos transtornos psíquicos também temos a predominância da população negra em aspectos que são sintomáticos das experiências étnicas dentro da estrutura racista.

Herança do passado escravocrata, alguns desses distúrbios transcenderam tal período nefasto potencializando até os dias de hoje transtornos psíquicos que podem ser verificados com maior frequência na população negra. Um dos mais recorrentes tem a ver com a teoria da personalidade. Se assumirmos o superego, conforme compreendido por Freud, como mecanismo da personalidade que compõe os ideais sociais internalizados, adquiridos a partir do convívio com os responsáveis pela criação dos códigos culturais, podemos adicionar um terceiro ingrediente na formação de tal instância psíquica, o racismo.

---

<sup>68</sup> **Profissionais negros demandam mais políticas afirmativas no mercado corporativo brasileiro.** UNODC BR — United Nations Office on Drugs and Crime Web Site, 2018. Disponível em: <[t.ly/DaQd](https://t.ly/DaQd)>. Acesso em 21 out. 2020.

No Brasil, o suicídio<sup>69</sup> é uma das maiores causas de morte entre adolescentes e jovens. De acordo com o estudo divulgado pelo Ministério da Saúde, “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016”, o sentimento de não pertencimento, de exclusão e de não aceitação de si estão entre os determinantes desse quadro. Esses sintomas, detectados com maior frequência na população negra, são agravados por elementos determinantes nas questões raciais apontando que jovens e adolescentes negros têm 45% mais chances de sofrer com o risco do autoextermínio. Entre adolescentes de 10 a 19 anos, o risco de suicídio é 67% maior se comparado às pessoas brancas da mesma faixa etária. O mesmo documento mostra que a proporção de suicídios entre negros aumentou de 2012 a 2016 em comparação às demais etnias, passando de 53,3% para 55,4%. Grada Kilomba (2019) nos ajuda a compreender uma das possíveis causas para tamanha prevalência dentro da comunidade negra: “[...] o suicídio pode também emergir como um ato de tornar-se sujeito. Decidir não mais viver sob as condições do senhor branco é uma performance final, na qual o sujeito negro reivindica sua subjetividade” (KILOMBA, 2019, p.189).

Ainda, no estudo “Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática”, realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Desigualdades em Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana, Smolen e Araújo (2016) nos apresentam uma análise sistemática da literatura sobre raça/cor da pele e distúrbios psíquicos no Brasil. Os resultados apontaram para uma “prevalência maior de transtornos mentais nas pessoas não brancas:”

---

<sup>69</sup> Neusa Santos Souza, importante psicanalista negra brasileira, é uma das precursoras dos estudos sobre a questão racial na psicologia e psicanálise. Ela é autora dos livros “Psicose: um estudo lacaniano” e “Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”. Suicidou-se em 2009, aos 61 anos de idade.

Dos estudos sobre depressão na população geral, um reportou prevalência por raça/cor da pele e achou uma prevalência maior nos grupos de não brancas (morena: 12,0%, mulata: 15,7%, e preta: 11,2%) em comparação com pessoas brancas (9,4%)<sup>18</sup>. Um dos estudos sobre Transtornos Mentais Comuns (TMC) achou uma prevalência maior entre as pessoas negras (51,6%) do que entre as pessoas brancas (37,0%), mas uma prevalência menor entre as pessoas pardas (32,8%), mas as diferenças não foram significantes. Outro estudo sobre os TMC achou uma prevalência significativamente maior de TMC nas pessoas pretas/pardas do que em pessoas brancas, um achado observado para mulheres e para homens (SMOLEN e ARAUJO, 2016, p. 4024).

Não por acaso, o governo brasileiro criou a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra,<sup>70</sup> que tem como objetivo garantir a equidade e a efetivação do direito das pessoas negras à saúde, além de reconhecer as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde. No entanto, os avanços ainda são tímidos na adoção de ações efetivas direcionadas a esse grupo.

Todos esses dados nos mostram como as variáveis raça e etnia influenciam, direta ou indiretamente, o consumo da população negra, seja através das tomadas de decisão de procurar o serviço público, até, em última instância, se consumirão ou não determinados produtos, como sal etc. Seus impactos se dão no inchaço do serviço público, maior mortalidade por falta de tratamento médico, inibição de busca por acesso ao crédito etc.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a população negra experiencia, no consumo, duas dimensões totalmente opostas: apesar de ser o maior grupo consumidor do país (autodeclarados negros são 56,2%<sup>71</sup> da população), são os mais ignorados nas principais dinâmicas do consumo. Tal preterimento produz mazelas psíquicas a partir de violências simbólicas, quando não físicas, que criam subjetividades desestruturadas como consequência do sistema racista. Esses impedimentos aparecem na forma como os sujeitos marcados socialmente consomem a vida, saudavelmente ou toxicamente, gerando impactos, diretos ou indiretos, no bem-estar desse grupo desassistido pela sociedade civil, pelo poder público e setor privado. Um dos seus desdobramento se dá no consumo excessivo — o consumismo —,

---

<sup>70</sup> Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa — Ministério da Saúde. Brasília, fev. 2007.

<sup>71</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — órgão oficial do Estado Brasileiro, principal responsável por prover informações geográficas e estatísticas do Brasil — considera como negros os cidadãos que se autodeclararam entre pretos e pardos. Em “O Sistema Classificatório de ‘Cor ou Raça’ do IBGE” (Osório, 2003), o órgão discute a importância e os motivos para tal classificação.

muitas vezes sem necessidade, porém, por uma motivação inconsciente de autoafirmação sobre o Outro opressor.

O antropólogo Néstor Canclini vai dizer que “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-los, (Ibidem, p. 62). No mesmo tom, podemos dizer que, o consumo, para a população negra, ocupa o papel de mediação entre o real e o ilusório. Constantemente esse grupo é impulsionado ao consumismo por questões ligadas ao racismo. O consumo, em certa medida, assume a carga simbólica de defesa contra essa estrutura. A cultura material e imaterial do consumo para a população negra — expressada através das roupas, moradia, carros, *lifestyle*, entretenimento, vestuário, acessórios, estética etc — ocupa, em muitos casos, o papel de *representamen* de signos caros a sujeitos excluídos dessa dinâmica na sociedade: o de extravasação de pertencimento, armadura antidiscriminação e, mais recentemente ressignificado, a expressão da negritude como marcador identitário por meio da hipervalorização ancestral. É importante salientar ainda que, para compreender o consumo da população negra, é preciso um olhar holístico, pois, signos que para outros grupos têm valoração supérflua, para esse grupo funcionam como chaves para o acesso ao pertencimento ou tecnologias de sobrevivência. Dentro de uma estrutura institucionalmente racista, um dos sintomas provocados pela exclusão que a população negra sofre, no acesso ao consumo nas mais variadas esferas, é a tendência ao consumismo.

Nesse sentido, observamos também como o consumo opera na vida desses sujeitos por meio de relatos publicados na reportagem da BBC Brasil sobre um post que viralizou “no Twitter ao relatar a preocupação de pessoas negras ao escolherem a roupa que vão usar.”

Meus pais também estão sempre bem vestidos. Mas será que a gente gosta mesmo de se arrumar ou a vida que nos fez se comportar assim?

Não posso estar de qualquer forma, para não ser confundida com alguém que não teve o mesmo privilégio que eu e não pôde comprar essas roupas, calçados. Até para ir na padaria, eu tenho que ir 'perfeita'<sup>72</sup> (apud BBC Brasil, 2019).

Por causa desse sistema racista que produz um ambiente hostil aos indivíduos negros, essa população vive em constante alerta psíquico: a polícia, as leis, o varejo, os bancos, a criminalidade. O Outro e/ou superego é dobrado nas dinâmicas como a população negra consome a vida:

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o “*passing*” que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros “puros” caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso abrindo mão da formação de sua identidade de “excluídos” (MUNANGA, 1999, p.88, grifo nosso).

Pelo que foi exposto nesta seção, é possível compreender a importância do que chamamos de afroconsumo para entendermos as demandas específicas que a herança genética invoca no real, simbólico ou imaginário e no id, ego ou superego. A análise conjunta dessas informações ajuda a apreender a causa por trás dos dados obtidos no levantamento do objeto deste estudo, que mostra que os negros são preteridos em diversas dinâmicas do consumo e as variáveis raciais têm influência direta nesse processo. Em suma, o consumismo torna-se uma tecnologia da defesa do ego da população negra.

## 2.4 NEGROS, PRETERIDOS NO CONSUMO MERCADOLÓGICO

O detrimento causado pelo projeto colonial colocou pessoas negras na condição de agentes preteridos do consumo mercadológico ao longo da história do Brasil. Atualmente, embora se perceba uma maior preocupação das empresas em atender e representar o público

---

<sup>72</sup> VITOR, Tavares. **O desabafo dos jovens negros sobre a questão da roupa que estão vestindo: 'Não é questão de vaidade'**. São Paulo: BBC Brasil, 2019. Disponível em <t.ly/NczA>. Acesso em 21 de out. de 2020.

negro, esses consumidores ainda se sentem discriminados pelo tratamento que recebem por parte delas.

Pesquisas demonstram como os sujeitos marcados pelo signo da afrodescendência sofrem mau atendimento no consumo de serviços pelo simples de fato de serem negros. Muitos entrevistados citam que os brancos são mais bem tratados nas lojas, como relata uma das entrevistadas sobre sua percepção em lojas: “Sou negro e isso acontece com frequência. Falei para ele (o segurança), que também era negro, que poderia denunciá-lo e pedir indenização à farmácia. Ele ficou sem graça quando reivindiquei meus direitos. No fim, comprei o que que precisava, mas é um constrangimento, queixou-se.”<sup>73</sup>

Conforme um estudo<sup>74</sup> realizado pelo Procon-SP (2019), negros estão entre os principais alvos de preconceito, ainda que a maioria (60,8%) tenha declarado ter sofrido discriminação pela condição financeira. Na prática, conforme aponta o levantamento, isso é traduzido em comportamentos como recusa ou demora no atendimento experimentado por 37% dos entrevistados, e agressões morais e físicas foram citadas por 20% dos casos. Existem barreiras invisíveis, formadas por signos incutidos na secundidade e terceiridade, presentes na experiência de consumo dos negros.

A sensação de adentrar lugares sem se sentir parte é uma constante na vida desses sujeitos. Os signos, comumente não verbais, atuam na dinâmica simbólica do inconsciente. O racismo cordial se manifesta pelo não dito, por meio dos empecilhos que proíbem o gozo da população negra. Criado para manter os eurodescendentes e seus pares no poder, o racismo opera como uma tecnologia orgânica, que se retroalimenta e se adapta de acordo com o seu contexto. No Brasil, o dizer deixa de ser ato da linguagem verbal e toma valor no não dito a partir do racismo velado.

No entanto, contando com as redes sociais como importantes aliadas, os afro-brasileiros estão cada vez mais conscientes de seus direitos e não apenas deixam de

---

<sup>73</sup> Depoimento retirado da reportagem “Discriminação no atendimento atinge 55% dos consumidores, mostra pesquisa do Procon-SP”, que apresenta os dados de uma pesquisa realizada pelo Procon sobre como os casos de discriminação no varejo estão ligados principalmente à aparência, raça e ao gênero e ocorrem mais em lojas de rua e bancos.

<sup>74</sup> Ibid., n.p.

consumir, mas também compartilham sua insatisfação e propõem boicotes a marcas que os ignorem enquanto consumidores ou adotem posturas consideradas racistas, seja na comunicação, no atendimento ao cliente ou até mesmo nos tipos de produtos oferecidos.

Como exemplo, pode ser citada a marca de roupas Maria Filó, que lançou uma coleção de peças com a estampa mostrando mulheres negras servindo mulheres brancas em alusão ao período da escravidão. Nesse episódio houve inúmeras postagens nas redes sociais criticando o caráter racista da estampa e o caso viralizou na internet, repercutindo ao ponto de a empresa anunciar a retirada da coleção de suas lojas. Outro produto que teve de ser retirado de circulação, devido a denúncias de racismo, foi o papel higiênico da linha Personal Premium VIP, lançado pela empresa Santher, que tinha como *slogan* a frase *Black is Beautiful*, mantra usado historicamente por movimentos negros na luta contra o racismo. O *slogan* foi considerado racista e muitas pessoas prontamente se manifestaram contra o lançamento. Em pouco mais de uma semana, a marca anunciou que iria retirar o produto de linha e repensar o slogan. Recentemente, também, a autora do livro “Peppa”, Silvana Rando, decidiu retirar a obra de circulação após a resenha negativa “Peppa, NÃO!” encabeçada pela empresária e *youtuber* Ana Paula Xongani, que demonstrou algumas práticas subliminares de cunho racista presentes no livro.

Todos esses casos têm em comum o fato de as marcas ignorarem os códigos de consumo da população negra brasileira e adotarem, ainda que de forma inconsciente, práticas racistas. Além disso, outro ponto comum aos três casos foi a atuação do ativismo negro nas redes sociais, conduzido por pessoas pertencentes a um dos *clusters* identificados em nosso estudo como *Black Millennials*.

Esses são alguns exemplos de casos de empresas que desconsideraram a força emergente do afroconsumo e suportaram prejuízos expressivos decorrentes não apenas da necessidade de retirada dos produtos de circulação, mas também da perda do valor investido em publicidade e do próprio abalo à imagem da marca. Esses resultados poderiam ter sido evitados se tivessem ponderado, em suas estratégias de comunicação e desenvolvimento de produto, o importante papel que a população negra desempenha no mercado consumidor, mesmo sem compor o *target* dessas campanhas. E ainda que não seja possível calcular com

precisão os números desses danos financeiros ou à imagem, certamente não foram poucos, a exemplo da marca de papel higiênico Personal VIP que precisou reimprimir embalagens, refazer peças de comunicação etc., tudo devido à mudança do *slogan*.

## 2.5 CONSUMIDORES INVISÍVEIS

Embora representem a maioria da população brasileira, os negros ainda são sub-representados em praticamente todos os setores estratégicos da sociedade: dos 1.627 candidatos<sup>75</sup> eleitos para o Congresso Nacional na última eleição, apenas 24,1% são negros<sup>76</sup>, enquanto não há nenhum afro-brasileiro chefiando qualquer um dos 29 Ministérios do Poder Executivo, tampouco na atual composição do Supremo Tribunal Federal, instância mais alta do Poder Judiciário brasileiro.<sup>77</sup> Além disso, dentre os 37 Presidentes da República que já comandaram a nação, apenas um era negro: Nilo Peçanha,<sup>78</sup> que assumiu o cargo há mais de um século, no ano de 1909.<sup>79</sup>

Já no setor privado, a já mencionada pesquisa “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas”<sup>80</sup>, aponta que a participação dos negros em cargos estratégicos representa apenas 4,7% dos cargos executivos e 4,9% dos conselhos de administração. Outro estudo, realizado pelos pesquisadores do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>81</sup>, constatou que, entre os profissionais das áreas científicas e intelectuais (1.600.486 estatutários) do serviço público brasileiro, a participação de negros era de 37,6%. Mas especificamente entre os médicos, essa

---

<sup>75</sup> SARDINHA, Edson. **Só 3% dos eleitos em 2014 se declaram negros**. [S.l]: Congresso em Foco. 18 dez. 2014, <t.ly/fwPd>. Acesso em: 21 de out. 2020.

<sup>76</sup> Pela primeira vez na história das eleições no Brasil, a candidatura de negros é maior do que a de brancos. Isso só foi alcançado no ano de 2020.

<sup>77</sup> Composição Atual. STF — Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://goo.gl/DHcunp>. Acesso em 27 mar. 2020.

<sup>78</sup> Mesmo com aspecto visível de afrodescendência, Nilo Peçanha, na sua contemporaneidade, comumente era retratado como branco.

<sup>79</sup> Nilo Peçanha. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://goo.gl/vHJC1P>. Acesso em 28 mar. 2020.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Cida de. **Negros são menos de 18% dos médicos e não chegam a 30% dos professores universitários**. Rede Brasil Atual, 3 mai. 2014. Disponível em: <t.ly/B4sQ>. Acesso em: 21 out. 2020.

proporção não chegava a um quinto, equivalente a 17,6% do total. Entre os professores universitários, o número não alcançava um terço dos concursados. Essa ausência de pessoas negras nos principais setores estratégicos atinge também outros campos da sociedade.

Em 2009, o Banco Interamericano de Desenvolvimento publicou dois estudos, realizados nas três décadas que antecederam essa publicação, que analisaram a influência da televisão e das novelas nas mudanças significativas nas taxas de fertilidade e divórcio no Brasil. O artigo “Novelas brasileiras têm impacto sobre os comportamentos sociais”,<sup>82</sup> que traz um panorama sobre os principais achados das pesquisas “Novelas e Fertilidade: Evidências do Brasil” e “Televisão e Divórcio: Evidências de Novelas Brasileiras”, menciona que desde a década de 1970 as taxas de fertilidade no país caíram mais de 60% e os divórcios aumentaram mais de cinco vezes a partir da década de 1980. Também, durante o mesmo período, a presença de aparelhos de televisão teve uma elevação de mais de dez vezes, hoje presente em mais de 97,2%<sup>83</sup> das residências. Em termos de raça, a maior parte dos atores e atrizes das novelas brasileiras são brancos, e os poucos negros que são vistos nas tramas desempenham papéis menores, como empregados domésticos ou motoristas particulares e, em novelas de época, escravos. Pode parecer inofensivo, mas tal consumo tem impactos diretos na vida psíquica dos brasileiros.

Ao evidenciar a influência direta das novelas nos comportamentos sociais, esse estudo demonstra o quão prejudiciais para a população negra podem ser tanto a falta de representação e identificação, pela ausência de personagens negros, como a naturalização da narrativa em que o negro ocupa posições subalternas. Sintoma dessa desconexão das novelas nacionais com a realidade da sociedade é o fato de a população negra brasileira ser mais identificada com produções cinematográficas norte-americanas. A identificação, por meio da representação, é uma demanda da psique humana. Não por acaso, desde o princípio, quando a humanidade percebeu sua individualidade, ela passou a se reproduzir, simbolicamente, nas pinturas rupestres. Hoje, não é diferente.

---

<sup>82</sup> FERRARA, Eliana; CHONG, Alberto; DURYEY, Suzanne. Novelas brasileiras têm impacto sobre os comportamentos sociais. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2009. Disponível em: <t.ly/AvSw>.

<sup>83</sup> GANDRA, Alana. **Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 21 de fev. 2018. Disponível em: <t.ly/9zgV>. Acesso em: 21 de out. 2020.

Ainda no setor audiovisual, em fevereiro de 2018, a Agência Nacional de Cinema (Ancine) publicou o estudo “Diversidade de Gênero e Raça nos lançamentos brasileiros de 2016”,<sup>84</sup> que constatou que negros dirigiram apenas 2,1% dos filmes nacionais, mesmo percentual verificado nas assinaturas de roteirização e produção executiva. Segundo a Ancine, apenas 13,3% do elenco dos filmes era composto por negros, 42% dos filmes lançados no Brasil em 2016 não tiveram atores ou atrizes negros no elenco principal e 33% dos longas foram filmados com apenas 1% a 20% de negros. Somente 9% dos filmes têm ao menos 41% dos papéis principais ocupados por negros.

Na publicidade, esse cenário também se reproduz. Um levantamento feito em 2017, pela agência de publicidade Heads<sup>85</sup>, constatou que, nas mais de 2.300 inserções de 30 segundos em filmes publicitários, apenas 7% dos protagonistas eram negros. Reflexo disso é o dado, referente ao mesmo ano, apontando que apenas 6%<sup>86</sup> dos negros afirmam se sentir representados nos comerciais de TV. Não por acaso, o Ministério Público de São Paulo (2017), por meio da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, a partir de inquérito civil instaurado e de campanha de conscientização, promoveu discussão sobre o assunto “como forma de mudar convicções e mentalidades historicamente assentadas, mas que se mostram incompatíveis com os padrões civilizatórios do século XXI”.<sup>87</sup>

Tal invisibilidade ajuda a potencializar desordens psíquicas com transtornos diretos na vida desses sujeitos, que, inseridos em um contexto de sociedade onde o consumo de bens materiais tem satisfação simbólica de valores culturais, além das mensagens representativas onde os sujeitos não se enxergam desde a tenra idade — na infância, elementos externos que ajudam o sujeito a se alienar à cultura, formando sua subjetividade, são representados por estéticas eurocêntricas, baseadas em convenções sócio-culturais que ignoram as pulsões, os elementos simbólicos que atenderão às demandas psíquicas desses sujeitos — crescendo, em

---

<sup>84</sup> LISBOA, Vinícius. **Ancine diz que nenhuma mulher negra produziu ou dirigiu filmes nacionais em 2016**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 25 jan. 2018. Disponível em: <t.ly/ysvh>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>85</sup> SCHELLER, Fernando. **Na publicidade brasileira, mais de 90% dos protagonistas ainda são brancos**. São Paulo: Estadão, 21 mar. 2016. Disponível em: <t.ly/T2Oi>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>86</sup> Pesquisa realizada pelo Insituto Locomotiva, com 2.020 pessoas em todo o Brasil, constatou que apenas 6% dos negros se sentem representados nas campanhas de TV.

<sup>87</sup> **Promotoria de Direitos Humanos questiona representatividade dos negros na publicidade**. São Paulo: Ministério Público de São Paulo, 20 mar. 2017. Disponível em: <t.ly/mXCy>. Acesso em: 21 de out. 2020.

diversas dimensões, a partir de um lugar que gera a sensação de não pertencimento. Se analisarmos pelo prisma da identificação desenvolvida por Freud (1925), na qual os signos recebidos são apreendidos “como sustentação dos mecanismos de inserção do sujeito no grupo — na cultura — e como fator fundamental para a superação do conflito edipiano, bem como para a compreensão da constituição do eu” (Guimarães e Celes, 2007), as chances do objeto ser perdido ao longo desse processo são grandes.

Portanto, é evidente a desproporcionalidade de representação dos negros em setores decisórios e também em outros campos que, direta ou indiretamente, influenciam a sociedade brasileira. Suas consequências negativas provocadas a partir da maneira como os sujeitos recebem as mensagens desestruturam o aparelho psíquico desses sujeitos, provocando desdobramentos diversos.

## 2.6 A NEGRITUDE NO CONSUMO COMO RESPOSTA AO RACISMO

Existe um processo de empoderamento em curso. Fruto de importantes lutas de movimentos negros ao longo de toda a trajetória africana na terra dos ameríndios, a população negra, hoje, demonstra cada vez mais consciência racial. Em perspectivas psicanalíticas, é como um despertar do sujeito e, nesse processo, todos os elementos simbólicos que significam ter orgulho de uma identidade afrodescendente passam a mediar as relações sociais e de reprodução. Esse empoderamento pode ser lido como sintoma da cultura em articulações como Marcha das Mulheres Negras (2015), Marcha do Orgulho Crespo (2015), Marcha dos negros contra a farsa da Abolição (1988), Marcha Noturna pela Democracia Racial (1996), Marcha do Orgulho Negro (19--), no movimento norte-americano *Black Lives Matter* (2013), que ganhou adeptos no Brasil, dentre outras iniciativas.

Tais atitudes despertadas, para o campo da consciência, nos negros da contemporaneidade assemelham-se ao que Aimé Cesaire chamou de negritude — processo de descolonização do negro que ajudou “tanto na definição de contornos culturais, políticos e psicológicos [...], como na determinação dos parâmetros da luta contra o racismo” (CESAIRE e MOORE, 2010, p.7). Ainda, podemos dizer que a “negritude pode ser apreendida como o

fruto do amadurecimento gradativo de toda uma linhagem de pensamento, de ambos os lados do Oceano Atlântico, sobre a condição dos africanos no seu continente e de seus descendentes na diáspora” (Ibid., p. 8). Desse modo, a reivindicação da identidade negra só é possível a partir do momento em que a palavra negro torna-se um *legi-signo* da negritude que, por sua vez, é um *representamen* do empoderamento dos autodeclarados negros.

Nesse sentido, algumas empresas, pioneiras na compreensão do valor do afroconsumo, utilizando o elemento da negritude como estratégia, estão faturando consideravelmente em suas áreas de atuação, na contramão da recente crise econômica que atingiu o país. No entanto, nem todas conseguiram se conectar, entender as peculiaridades dos códigos culturais e/ou representar as características étnico-raciais desses consumidores.

Por exemplo, o Brasil é o terceiro maior consumidor de produtos de higiene pessoal e perfumaria no mundo — somente no setor de produtos capilares, foram movimentados, em média, R\$ 5 bilhões ao ano<sup>88</sup>. Em nosso levantamento, os temas relacionados à moda e beleza aparecem entre os mais pesquisados<sup>89</sup> por pessoas negras, corroborando o interesse dos brasileiros, de modo geral, por esse mercado. Nesse contexto, a rede de salões “Beleza Natural”, fundada pela afroempreendedora Zica Assis, fatura cerca de R\$ 150 milhões anualmente com a oferta de produtos e serviços direcionados às mulheres negras, contando atualmente com 36 pontos de venda<sup>90</sup> e atendendo 130 mil clientes por mês.<sup>91</sup> No campo do consumo de entretenimento, a Feira Preta, consolidada como uma das principais referências em consumo afroespecializado, passando pela moda, gastronomia, produção de conteúdo, música e arte, movimentou, ao longo de suas 16 edições, em torno de R\$ 4 milhões.<sup>92</sup>

---

<sup>88</sup> **Segundo ABIHPEC, setor de higiene fatura mais de R\$ 100 bi.** [S.l]: Mundo do Marketing, 28 nov. 2016. Disponível em: <t.ly/Fhfy>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>89</sup> Em 2017, o Google divulgou um relatório mostrando que as buscas por cabelos afro tiveram um aumento de 309% nos dois últimos anos.

<sup>90</sup> Lojas Beleza Natural. Instituto Beleza Natural. Disponível em: <http://www.belezanatural.com.br/lojas>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Priscilla. **Case Beleza Natural: o cacho como produto e propósito.** São Paulo: Mundo do Marketing, 18 jan. 2018. Disponível em: <t.ly/eTAo>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>92</sup> **O sucesso da Feira Preta, o maior evento de empreendedorismo negro da América Latina.** Diário do Centro do Mundo. 10 nov. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/k58zQY>. Acesso em: 2 abr. 2020.

Em outro setor, um estudo realizado pelo Instituto Data Popular constatou que os negros representam 60% do total de 55 milhões de brasileiros desbancarizados<sup>93</sup> (pessoas que não possuem conta em banco), parcela da população que movimenta aproximadamente R\$ 665 bilhões ao ano.<sup>94</sup> Nesse contexto, no ano de 2017, foi lançada a Conta Black,<sup>95</sup> primeiro banco digital brasileiro produzido por e para pessoas negras, visando atender a demanda desses consumidores por serviços financeiros.

No terreno das notícias segmentadas sobre temas de interesse do público afro-brasileiro, há o site Mundo Negro, que conta com mais de 252 mil curtidas em sua página no Facebook e já teve como anunciantes marcas de expressão, como Unilever, Santander e Johnson & Johnson.

Percebendo esse movimento de mudança no comportamento dos consumidores negros e o surgimento de novas empresas segmentadas, algumas marcas brasileiras têm desenvolvido estratégias tímidas, mas que ganham repercussão em razão do pioneirismo, direcionadas ao consumo dessa população. Os casos de maior expressão são do setor de beleza, onde se destacam, com a oferta de produtos específicos e direcionados a consumidores de ascendência africana, as marcas nacionais de produtos capilares Salon Line, Lola, Embelleze e Amend, que, juntas, detêm 75% da participação de mercado.<sup>96</sup>

Apesar da timidez das empresas brasileiras nesse campo, marcas que se destacam das demais ao promoverem a mudança ou o avanço social tendem a ser globais. Um exemplo é a marca Adidas, que utilizou trilha sonora da rapper afro-brasileira Karol Conká em campanha publicitária mundial. Deve ser mencionada, também, a marca Nike, que em campanhas globais levanta constantemente assuntos ligados ao empoderamento negro, com propagandas

---

<sup>93</sup> Pessoas que não têm conta em banco.

<sup>94</sup> **Brasileiros sem conta em banco movimentam R\$ 665 bilhões.** São Paulo: Carta Capital, 8 mai. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/M6JgTk>>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>95</sup> NASCIMENTO, Silvia. **Primeira conta digital para negros facilitará o financiamento para afroempreendedores.** São Paulo: Mundo Negro, 18 out. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/y6iktZ>>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>96</sup> **Marcas nacionais dominam perfumarias.** [S.l]: Cosmetic Innovation, 12 set. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/pgJSbZ>>. Acesso em 21 out. 2020.

protagonizadas pela tenista Serena Williams<sup>97</sup> e, mais recentemente, pelo jogador de futebol americano Colin Kaepernick,<sup>98</sup> por exemplo.

É importante salientar o papel relevante que marcas de grande expressão e abrangência desempenham na formação e/ou extensão da concepção do ideário da beleza. Porém, é preciso evitar o oportunismo. Nas investigações qualitativas de nosso estudo, a marca O Boticário recebeu elogios pelo lançamento da linha de maquiagens Make B. Africaníssima<sup>99</sup> por ser uma das poucas a oferecer tons de cores voltados para a pele preta, até o momento do seu lançamento. No entanto, ao fazer uma inserção de publicidade da linha durante o intervalo da série “Roots” (Raízes), do canal History, a marca foi considerada oportunista por algumas pessoas. Isso porque não se tratou de um natural e genuíno direcionamento das estratégias de marketing da empresa, que até então nunca havia divulgado campanha semelhante, mas, devido ao sucesso da série (que tematiza a escravidão americana), veiculou seu primeiro filme com protagonistas negras. O modo e o momento em que se deu essa ação publicitária foram considerados infelizes, sentimento que foi captado na etapa qualitativa deste estudo, em que os entrevistados se mostraram céticos e preocupados com o oportunismo das empresas que começam a se dar conta do potencial desse nicho de mercado.

O despertar da raça, a partir da negritude, no Brasil, tem a ver com uma série de fatores: região geográfica, acesso ao capital, relações pessoais e interação, meios de comunicação e um trauma evidente gerado pelo racismo. A negritude brasileira se diferencia de outros países pela forma como o racismo contaminou as vísceras da sociedade. Por exemplo, nos Estados Unidos, devido à chamada regra de “uma gota de sangue” (*one drop rule*), os afro-americanos precisaram se unir dentro da comunidade negra, sendo anunciados pelos seus signos. Isso possibilitou a manutenção de uma identidade negra desde a abolição. Já no Brasil, por consequência do racismo velado à brasileira e de um longo, perverso e vagaroso processo de destruição do signo africano, a população negra foi fragmentada em

---

<sup>97</sup> **Serena Williams: Until We All Win. Nike.** [S.l]: Youtube, 10 mar. 2018. Disponível em: <[https://youtu.be/wgV\\_WHc49Yo](https://youtu.be/wgV_WHc49Yo)>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>98</sup> **Case Nike — Dream Crazy.** Programa Reclame: Youtube, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/smMtl5JIpcI>>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>99</sup> A linha de cosméticos Make B. Africaníssima, lançada em 2016 pela marca O Boticário foi uma edição especial produzida pela empresa.

sujeitos confusos de sua identidade, ora assimilados ao grupo dos brancos, ora dos negros, ou, até mesmo, excluído por ambos.

Desse modo, verificamos, mais uma justificativa para se entender o consumo da população negra. Ele expressa muitas das demandas psíquicas dos negros. Não por acaso, é crescente o movimento de empresários negros produzindo produtos específicos para pessoas negras consumirem, não apenas na ordem do supérfluo, mas da contemplação psíquica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo deste ensaio-teórico, as mazelas decorrentes do período de escravidão e de todo o contexto histórico em que se deu a inserção dos negros na sociedade brasileira ainda causam efeito nos dias atuais. Os indicadores socioeconômicos anteriormente mencionados demonstram a diferença nas condições de vida de brancos e negros, sendo expressiva a desigualdade ainda existente no Brasil. Como consequência da conjugação de fatores diversos, como o aumento do poder aquisitivo, ampliação do acesso ao ensino superior, conscientização sobre a identidade racial, maior acesso às redes de apoio e força das mídias digitais no contexto atual, o afroconsumidor vem se tornando cada vez mais exigente em suas dinâmicas de consumo, assumindo papel ativo ao transpor para a consciência e, conseqüentemente, para o campo da primeiridade, a exigência de uma sociedade mais representativa que atenda suas especificidades pulsionais — daí um dos principais motivos de se entender o afroconsumo.

Foi possível observar uma mudança geral no comportamento do consumidor de massa, que deixou a passividade e passou a buscar pertencimento, e, colocando as diferenças de classes como coadjuvantes nesta análise, pudemos interpretar o afroconsumo sob o guarda-chuva da psicanálise de Freud, Lacan e Fanon e da semiótica de Peirce. Nas reflexões que buscaram entender como os fenômenos raça e etnia influenciam direta ou indiretamente os afrosujeitos, analisamos as características psíquicas dos grupos sociais a partir de conceitos psicanalíticos para compreender a cultura e, através da semiótica, entender os signos.

O estudo também analisou o preterimento da população negra em diversas camadas do consumo e como as variáveis raça e etnia se impõem na esfera do real dessas pessoas. Aqui trazemos mais um exemplo para sintetizar o que buscamos demonstrar: a diastema é uma característica biológica de determinados grupos que consiste no “espaçamento de no mínimo 0,5 mm entre os dentes (SANTOS, 2018, p. 16)”, geralmente encontrados na parte frontal da

arcada superior bucal. Predominante em pessoas negras<sup>100</sup> e com carga simbólica valorizada em algumas sociedades africanas, como na Nigéria, este signo da beleza,<sup>101</sup> dentro de um contexto de aculturação eurocêntrica, mesmo não sendo considerado uma doença bucal, é visto pelo senso comum da elite, espelhado em um modelo de dentição brancoide, e reforçado pelos profissionais da área, como um *legi-signo* do desajuste na harmonia do sorriso ideal, em outras palavras, um problema estético:

A percepção sobre a diastema da linha média maxilar difere entre indivíduos e culturas. Os caucasianos geralmente consideram isso antiestético, enquanto os africanos e os habitantes do Oriente Médio o consideram atraente. Logo, entre os que o consideram inestético, procuram intervenção para fechá-lo. Na Nigéria, o MMD [diastema da linha média maxilar] é geralmente considerado um símbolo de beleza, especialmente em mulheres, portanto, os indivíduos com diastema costumam receber muitos elogios na sociedade. Em um estudo anterior realizado entre nigerianos, cerca de 30% dos participantes não se importariam em ter diastemas artificiais.

Certos autores, observaram que não era incomum entre alguns africanos exigir de dentistas o diastema criado artificialmente. No entanto, Oboro et al em 2008 relataram que a maioria dos dentistas entrevistados não apoiava a criação artificial de diastema mediano. Esta situação fez com que muitos indivíduos procurassem a charlatães para a aplicação do MMD e isso geralmente vem com efeitos colaterais indesejáveis (UMANAH, OMOGBAI, OSAGBEMIRO, 2015, n.p, tradução nossa).

Tal desvalorização sígnica impulsiona afrodescendentes a buscarem tratamentos odontológicos, sem a necessidade salutar, para ressignificarem suas condições biológicas a partir do discurso, brancoide, do Outro. Essa angústia produzida pelas dinâmicas psicossociais acarreta desdobramentos do consumo quando, em busca de uma adaptação social, tais sujeitos passam a utilizar aparelhos dentais ou realizar consultas excessivas ao dentista, por exemplo, em busca de um corpo simbólico inalcançável.

---

<sup>100</sup> De acordo com a literatura consultada, a diastema ocorre com maior incidências em crianças negras na faixa etária dos oito anos de idade e do sexo feminino. “Em um dos estudos consultados, Em ambos grupos raciais, diferenças entre polimorfismos sexuais foram notadas, sendo que o sexo feminino possuiu maior incidência em diastemas na linha média superior. Sendo em meninos brancos a porcentagem de 20,7 por cento e em meninas brancas de 31, 6 por cento. Em meninas negras foi encontrada uma porcentagem de 58,7 em comparação a apenas 44,9 por cento em meninos negros” (Ibidem, p. 12).

<sup>101</sup> Valorizado por esses povos, a diastema gera um mercado consumidor pujante para atender essa produção estética ainda que de forma artificial. Ver o estudo “*Prevalence of artificially created maxillary midline diastema and its complications in a selected nigerian population*”, assinado pelos pesquisadores Ayama Umanah et al., mostrando que a valorização da beleza e da estética pessoal é a principal razão para a realização do procedimento estético.

Quando se ascende socialmente e a imagem do corpo real é uma das ferramentas de trabalho, pessoas negras também se autoflagelam para renegar sua negritude. A exemplo, temos as cirurgias de rinoplastia praticadas entre homens e mulheres. Essa automutilação realizada em ambientes cirúrgicos controlados não é resultado de uma pulsão imediata, mas sim tem origem na infância, na formação do sujeito. É preciso considerar o bombardeio de mensagens simbólicas que têm influência importante na formação do superego: nos programas de televisão infantis, nos livros educativos, nos materiais didáticos escolares, nos desenhos animados, nos filmes livres, nos brinquedos, nas propagandas, nos chistes dos colegas, nas cantigas de ninar, nas histórias — todos têm como espinha dorsal a representação fenotípica do ideário baseado em um padrão brancoide europeu ou norte-americano. Nesse contexto, sujeitos de ascendência africana não se encaixam e nunca se encaixarão por questões fisicamente impossíveis. Provocando, assim, mal-estares entre os corpos simbólicos, imaginários e reais no processo de identificação.

Dessa impotência experienciada por esse grupo preterido da sociedade brasileira, eclodem traumas psíquicos com desdobramentos imprevisíveis. Como, historicamente, esses traumas não são tratados profissionalmente,<sup>102</sup> eles propiciam, por exemplo, chances dos recalques evoluírem para transtornos psíquicos sublimados nas cirurgias odontológicas. O racismo somatiza no corpo real das pessoas negras por meio de experiências da ordem dos corpos simbólicos e imaginários. Por exemplo, pessoas negras têm maior predisposição a terem infarto. Isso não é uma característica inerente a sua composição genética ou, como é conhecida, experiência racial. No entanto, esse tipo de doença se desenvolve a partir de violências simbólicas que alteram a ordem da afropsique, criando transtornos que somatizam no corpo real. O negro, na formação de sua consciência, busca ser branco. Não como uma pulsão natural, mas como uma demanda construída pela cultura. No entanto, a partir do que se está contido em sua id — e, talvez, dotação filogenética —, a consciência e a inconsciência travam conflitos da ordem do racismo, embates culturais e, muitas vezes, pulsionais, o que

---

<sup>102</sup> Em 2020, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro realizou um estudo a partir das respostas de mais de 400 mil estudantes. A pesquisa demonstrou que mulheres brancas são as que mais buscam atendimento psicológico e já utilizaram esse serviço em algum momento da vida (40%). Já entre os homens negros, apenas 21% alegaram terem acessado o serviço alguma vez, sendo 5% em atendimento corrente. Entre as mulheres negras, a proporção ficou em 29%, e entre homens brancos, 28%.

somatizam em seus corpos diversas inquietudes, recalques inerentes à ruptura transcendental causada pela violência da escravatura. Em outras palavras, “o racismo força o sujeito negro a existir como ‘Outra/o’, privando-o de um eu próprio” (KILOMBA, 2019, p. 188).

Esses exemplos demonstram como, em diversas camadas do consumo, para se adequar aos discursos impostos pelo Outro — construídos a partir de ideários contaminados pelo colonialismo e já introjetados culturalmente afetando o sujeito negro desde o nascimento —, esse grupo é incitado a automultilar-se física e psiquicamente para fazer parte de um projeto civilizatório que o seu grupo jamais criou ou, sequer, editou. Essa angústia, afeto que revela a falta de autonomia do sujeito e gerada a partir dos índices étnico-raciais, incide no bem-estar psíquico da população negra.

Na mesma linha, observamos a importância de se pensar uma clínica racializada, como Regina Bicudo, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez sustentaram ao longo da história da psicanálise no Brasil, assim como Fanon argumentou em “Pele Negra Máscaras Brancas” (2008):

As escolas psicanalíticas estudaram as reações neuróticas que nascem em certos meios, em certos setores da civilização. Obedecendo a uma exigência dialética, deveríamos nos perguntar até que ponto as conclusões de Freud ou de Adler podem ser utilizadas em uma tentativa de explicação da visão de mundo do homem de cor. (FANON, 2008, p. 127).

O analista, para lidar com a população negra, para ler os signos da cultura desses sujeitos, precisa ter um repertório sócio-cultural para interpretar essa *afrolinguagem* que estrutura esses *afroinconscientes*. Sem isso, pensando como “objeto” que significa algo para o analisado, pode, em vez de criar o ambiente necessário para a cura pela fala, ajudar ainda mais a recalcar o sujeito. Nesse sentido, vamos além, invocando o chamado de Fanon: “Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a *conscientizar* seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais” (FANON, 2008, p. 95, grifo do autor).

Imaginemos sob a ótica da clínica: o corpo é um signo. Logo, em um país com herança colonial, ser branco também o é. A ação desse signo pode agir no real e imaginário dos negros, sendo possível que a associação livre, de alguma forma, seja mais difícil ou possa até

mesmo não ocorrer devido ao “a” representar o algoz, o opressor do “a” de acordo o sistema linguístico no qual estejam inseridos. Em última instância, pode, ainda, ocorrer o oposto, de maneira que o sujeito enfrente o “objeto a”. Em ambos os casos, vemos a importância de se compreender as dinâmicas do afroconsumo para um melhor aproveitamento da clínica.

Chimamanda Ngozi nos alerta para “o perigo de uma história única” ao se transformar uma das perspectiva sobre um fato em uma verdade universal. O analista apreende a situação a partir de modelos, esquemas e filtros previamente entranhados em sua psique, e quando interpreta a fala do analisando, ele o faz a partir dos arquétipos das histórias únicas que carrega (aprendeu). Esse processo deve ser considerado na análise porque influencia tanto a observação quanto a expressão das falas desses sujeitos em relação. Afinal, o analista nunca é neutro, não existe imparcialidade, pois os seus estereótipos e suas crenças influenciam no evento (interpretação da fala) do sujeito. Por isso, é importante o analista criar a ciência de que há “outras histórias” por detrás do analisado e, assim, buscar recuperá-las e compreendê-las para diminuir o abismo que o separa do analisando.

Guardadas as devidas proporções, é possível visualizar esse fenômeno no que foi observado pelos pesquisadores Roger Tourangeau, Brad Edwards, Timothy P. Johnson, Kirk M. Wolter e Nancy Bates (2014), sistematizado no “Hard-to-Survey Populations”, onde se discute como alguns segmentos da população são difíceis de serem amostrados, isto é, persuadidos a participarem de pesquisas e entrevistas:

A raça de um entrevistador é muitas vezes importante para obter respostas confiáveis para a entrevista. Os entrevistados negros muitas vezes são céticos quanto aos motivos dos pesquisadores brancos por causa do legado da escravidão, da opressão subsequente e do uso indevido de informações por meio de instruções predominantemente brancas. Os negros geralmente respondem de maneira diferente às perguntas feitas por um pesquisador branco do que por um entrevistador negro. (TOURANGEAU et al., 2014, p.228, tradução nossa).

Em nossas observações, também identificamos esse comportamento. Os negros, quando interpelados por entrevistadores negros, tendem a “desabafar” com maior facilidade e, muitas vezes, até falam sobre questões do foro íntimo e doloroso sem que sejam estimulados. Por outro lado, o mesmo não ocorreu quando os entrevistados eram negros e os entrevistadores brancos, a fala demorava para ser acessada e questões ligadas ao racismo

raramente foram levantadas. Nesse sentido, encontramos coró nas constatações feitas por Frantz Fanon, que também identificou que “o negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro” (FANON, 2008, p. 33).

Esse sujeito, excluído da construção da linguagem, vivencia um lugar de intruso, constantemente reforçado pelas suas experiências sensoriais registradas nas três instâncias da personalidade. O sistema racista construiu uma dinâmica tão engendrada que observamos constantemente comportamentos psíquicos que demonstram desarranjo estrutural, a exemplo do fenômeno da síndrome do impostor (CLANCE e IMES, 1978) — o qual a psicóloga britânica Rachel Buchan descreveu como “uma crença interior de que você não é bom o suficiente, ou não pertence”. Afinal, a formação dos afrodescendentes se deu a partir de violências sob o aparato do racismo como principal ferramenta remodeladora do aparelho psíquico dos africanos e seus descendentes:

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretenciosamente [sic], seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 104).

Considerando ainda que, mesmo inseridos em uma nova (obrigatória) cultura, esses indivíduos tinham a oralidade como importante pilar na sua formação subjetiva, houve um despertar do inconsciente desses sujeitos ativados pela semiose incitada pelos *griots*<sup>103</sup>.

Através de violências psíquicas e físicas em variadas esferas, transformou-se o signo negro (aqui representando o africano escravizado) em um objeto sem subjetividade. “Dividir para conquistar” pode ser aplicado aqui na ideia de que se buscou separar a *bya* — duplo — dessas pessoas. Um caminho que os reponsáveis pela escravidão brasileira fizeram foi o de, num primeiro momento, ainda no continente africano sob a responsabilidade dos jeútas catequizadores, introduzir um novo *representamen* do pai, um grande Outro que agisse no campo da consciência e, até mesmo, pudesse contaminar a pré-consciência. E, em um

---

<sup>103</sup> Termo cunhado no período colonial para denominar o “o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes das quais, em geral, está a serviço” (LOPES, 2014, n.p). Em diversas sociedades africanas daquela época, os griots desempenhavam importante papel na formação do superego através de seus ensinamentos.

segundo momento, com o passar das gerações nascidas já escravizadas, já tendo alcançada o id, iniciou-se o processo de introdução do grande Outro português ou dono proprietário do corpo físico já na formação do superego desses sujeitos.

O racismo ocupa o simbólico do superego. Pode-se até, a partir da noção de dotação filogenética<sup>104</sup> de Freud ou inconsciente coletivo<sup>105</sup> de Jung, haver heranças psíquicas que ajudam a predisposição do racismo — nas sua sedimentação vai acontecer a partir do sistema que já está posto, ou seja, trata-se da inserção ao indivíduo naquilo que já existe antes dele. Podemos dizer que, para analisarmos esses sujeitos, devemos considerar as diferentes subjetividades habitadas neles. Isso porque se os grupos traficados já tinham sua realidade constituída e, literalmente, da noite para dia, foram introduzidos em novos ecossistemas poluídos com mensagens de superego, modelos de recalque etc., isso deve ser considerado. Também a vasta cultura a qual os diferentes povos já carregavam, no Brasil, produziu um novo modelo de sociedade e de sujeito a partir da miscigenação étnica por meio de relações afrocentradas ou provenientes do estupro dos colonizadores. Nesse sentido, se considerarmos que o ápice da escravidão no Brasil se deu no século XVIII e os corpos da população negra deixaram de ser mercadoria da escravidão, oficialmente, a partir de 1888, a maioria da população negra brasileira, no ano de 2020, é, no máximo, a quinta geração de ascendentes de escravizados.

É interessante pensar que, enquanto Freud desenvolve sua teoria psicanalítica a partir dos sintomas reprimidos pelo sexo, dado o contexto da época, a maioria da população africana traficada para o Brasil veio de sociedades maduras em diversos aspectos psicossociais, principalmente no que se refere a questões relacionadas ao corpo — físico e psíquico —, como a sexualidade. Eram sociedades que enxergavam esse aspecto da vida como parte natural da composição do sujeito (a exemplo da *kwnyaza*). Por exemplo, o tempo mítico e social se misturam como parte da essência desses sujeitos, a ideia do controle temporal e da

---

<sup>104</sup> Freud (1915?) em seu rascunho “sobre a transitoriedade”, apresenta a noção de datação filogenética como ajuda no esclarecimento da noção de hereditariedade, que entra no jogo psíquico com o inconsciente e o complexo de Édipo.

<sup>105</sup> Segundo Carl Gustav Jung o inconsciente coletivo é um depósito de aprendizados que os sujeitos herdaram de seus ancestrais. Essas pessoas herdaram uma predisposição para comportar-se nas interações com o mundo a sua volta de acordo com o que aprendeu com seus ancestrais.

punição divina à sexualidade só emergem a partir do contato com tráfico ou da lavagem cerebral realizada pelos jesuítas, conhecidas como catequização. Essa maturidade sexual pode ser evidenciada no culto ao orixá Exú, que representa o equilíbrio entre a sexualidade. Nesse sentido, uma das quebras epistemológicas que gerou, provavelmente, traumas ainda mais severos deu-se no campo da repressão dos corpos a partir de coibições da ordem sexual conectada com as divindades. É possível especular que, no campo da relações sexuais, os afrodescendentes experenciam uma regressão como mal-estar da escravidão, se considerarmos, aqui também, a ideia de dotação filogenética.

Desse modo, esse novo coletivo e esses novos sujeitos passam a ter, por exemplo, experiências de recalque da ordem sexual que são conhecidas apenas neste novo mundo. Logo, é possível imaginar que se o recalque dos neuróticos provém da repressão das sexualidades dos indivíduos lusitanos, os africanos têm outras demandas psíquicas e, no caso específico acerca da sua sexualidade, elas não eram questões para serem superadas. Ainda sobre a formação da estrutura psíquica, é importante que se considere também a ideia do duplo, o que significa dizer que os sonhos já faziam parte da realidade desses sujeitos africanos, configurando, na imbricação consciente e inconsciente, uma espécie dicotômica de interpretação da realidade desses sujeitos. Assim, é desse grupo, resolvido sexualmente, com senso coletivo avesso ao individualismo e esclarecidos em relação aos traumas da sexualidade, que os sujeitos afro-brasileiros emergem. Lógico, durante o tráfico negreiro, em viagens que duravam meses, ocorriam lavagens cerebrais e, em terras brasileiras, já comprados, os escravizados ainda recebiam a injeção para a construção de um novo “grande pai” e, por ser uma relação forçada, pode ter ocasionado o que chamamos de “o segundo ato edípico”, no qual, superada na infância dos africanos o processo de formação do superego, no tráfico, aparece repentinamente um “novo pai”.

Assumindo também que o simbólico é um registro o qual o negro não ajudou a construir, afinal, já estava organizado antes da inserção desse sujeito à corrente dinâmica social, essa estrutura representa uma privação dobrada ao passo que, além de não ter constituído essa instância, esse meio não foi feito para assimilar a sua totalidade enquanto sujeito: “O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao

primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina” (FANON, 2008, p. 133). Isso nos dá a dimensão de que o negro, para ser conhecido como tal, precisa ser anunciado pelo Outro. Lélia Gonzalez costumava dizer que “a gente não nasce negro, a gente se torna negro”, e Neusa Santos (1983), em “Tornar-se Negro”, vai ao encontro dessa afirmação ao demonstrar que a autorrejeição do negro revela a necessidade de uma quebra no corpo imaginário para que esse grau de percepção subjetiva inverta-se para o campo da consciência, transformando-se em autovalorização. Em certa medida, concordamos com essa constatação, uma vez que a cultura é quem insere o sujeito na condição de negro socialmente lido. Incluímos, então, outro aspecto relevante para contribuir com essa síntese: as características biológicas derivadas do racismo.

Na mesma linha, esse viés é indicado para as análises semióticas. A população negra consome o mundo de forma específica, inerente ao seu *legi-signo* imposto às suas características físicas. Essa relação étnico-racial no consumo, ao longo de toda a sua vida (biológica e psíquica), pode influenciar o recalque ou sublimação, por exemplo. Essa tendência pode variar conforme o grau de semiose do indivíduo, uma vez que os “processos significativos” (NÖTH, 1995, p.19) de apreensão e compreensão de um signo envolvem “um movimento espiralado, na medida em que toda apreensão sgnica pode tornar-se o reinício de uma nova semiose.” (VERGINASSI, 2013, p. 37). Portanto, quanto mais ciente de sua negritude, maior o grau de interpretação que a estrutura psíquica desses sujeitos fazem dos signos da cultura. Tais gradações podem ser lidas a partir da tríade peirceana da primeiridade, secundidade e terceiridade e isso nos dá uma pista de como interpretar as consequências psíquicas dos signos culturais da população negra.

Diferente do que Zmud (1994) constata em seu estudo sobre a relação entre etnia e consumo, em que sugere que a identidade cultural pode ter uma influência maior no comportamento do que a etnia sentida (*felt ethnicity*), aqui entendemos que a identidade e o pertencimento são construídos a partir de marcadores sociais gerados por meio da herança genética dos indivíduos. Ora, um indivíduo para ser negro, no Brasil, precisa, além de ter elementos significantes fenotipicamente, *sin-signos* da afrodescendência, anunciar-se como tal, no discurso falado ou expressado como reprodutor do seu corpo imaginado. E esse elemento o

conduzirá ao longo de toda a sua vida terrena, mesmo que seja negado por ele no campo da consciência.

Negros, quando assumem sua negritude, experienciam, quase que simbioticamente com esse novo modelo de subjetividade, um luto que, em alguns casos, aparenta não ser sanado, pois é constantemente reativado pelo real:

Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na "negritude" e na "mestiçagem", já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior (MUNANGA, 2008, p.16).

Um sintoma observado no estudo foi o fato de que, ao adquirir conhecimento aprofundado a partir de conteúdos afrocentrados — que colocam o negro como centro dos discursos —, distinto da romantização da submissão aprendida no sistema educacional de ensino básico brasileiro, esses sujeitos desenvolvem um comportamento empático que afeta a ordem psíquica. Projetam-se constantemente quando vêem a reprodução virtual de cenas primárias nos noticiários, por exemplo, compostas por *representamens* similares aos já registrados na sua estrutura psíquica. Essa experiência simbólica e/ou imaginária incitada pela semiose, provocará, então, uma espécie de luto nesses sujeitos. .

Como uma tecnologia de sobrevivência, a população negra negocia sua etnicidade de acordo com as necessidades de prosperidade. Esse contrato social pode ser externalizado em diversas formas, seja por meio de mudanças físicas (corpo real), seja pela linguagem (corpo simbólico) ou pelo campo cultural (imaginário).

A exemplo de profissionais negros que, para ascenderem profissionalmente no ambiente corporativo, em primeiro lugar, fazem mudanças físicas a partir dos *dress code* e procedimentos capilares (mulheres alisam o cabelo e homens deixam-no raspado), mudam a linguagem corporal (o gingado) e verbal (as gírias e o sotaque de fora do eixo sudeste);

As identidades sociais, então, variam para se adequar ao ambiente social. O indivíduo muda de comportamento a cada adaptação às novas demandas situacionais. A identificação social facilita a mudança; e abre o indivíduo para experiências que produzem novas identidades ou novas posturas sociais. (ZMUD e ARCE, 1992, n.p, tradução livre).

Talvez esse seja um contraponto ao que Lélia Gonzalez (1984) identificou em seu artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, no qual exemplifica um dos desdobramentos da negociação da identidade, ao analisar o porquê dessa identificação do dominado — que sucumbiu a aculturação praticada pelo branco — com o dominador. Um dos aspectos identificados pela autora é sobre como esse sujeito é ativo também no processo de assimilação:

nesse  $S_1$  que inaugura a ordem significante de nossa cultura. Acompanhando as sacações de Magno, a gente fecha com ele ao atribuir ao significante Negro o lugar de  $S_1$ . Prá isso, basta que a gente pense nesse mito de origem elaborado pelo Mário de Andrade que é o Macunaíma. Como todo mundo sabe, Macunaíma nasceu negro, “preto retinto e filho do medo da noite”. Depois ele branqueia como muito crioulo que a gente conhece, que, se bobear, quer virar nórdico (GONZALEZ, 1984, p.237).

É possível afirmar que para que o sujeito afrodescendente alcance o equilíbrio pleno das estruturas psíquicas ele, inevitavelmente, precisará alcançar a sua negritude, pois ela funciona como cerne das instâncias do id, ego e superego. O recalque gerado a partir das microviolências racializadas, herança africana (físico-mental) que é potencializada pela formação do superego, faz com que esses sujeitos nunca estejam plenos. Do ponto de vista capitalista, o racismo impede que os sujeitos negros exerçam sua mais-valia de forma plena, logo, sua produção poderia ser muito maior.

Assim como para Lacan “o inconsciente se estrutura como linguagem” (LACAN, 1988, p. 25), o racismo se arquiteta em uma dinâmica que pode ser entendida da mesma forma. De maneira que, para que ocorra, é necessário que o sujeito esteja inserido dentro de um contexto simbólico no qual algum conjunto de mensagens façam sentido, mesmo que não ditas, e o Outro (racista) promova a ação por meio de alguma linguagem (verbal ou não verbal).

Por fim, salientamos que o tratamento adequado das demandas relacionadas ao consumo da população negra pode propiciar benefícios não apenas às reflexões acadêmicas, mas também aos próprios consumidores e à sociedade como um todo, porque essa nova

postura, de sujeitos donos de si, carrega um caráter de mudança social do *status quo* de representatividade, até então, inexpressiva e deficitária. Mais do que isso, trata-se de dar cumprimento ao que determina a lei, uma vez que está previsto nos artigos 44 e 45 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010):

Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.” e “Art. 45. Aplica-se à produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas o disposto no art. 44 (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, a inserção do negro na sociedade, após o fim da escravidão, ocorreu sem qualquer amparo ou planejamento, o que tem influência direta nos dias atuais. Um exemplo desses reflexos na vida dos brasileiros é a média salarial do país. Conforme a PNAD Contínua de 2019,<sup>106</sup> o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas foi de R\$ 2.796,00 à época do estudo, representando uma média superior de 73,9% se comparado a de pessoas negras, que alcançaram o valor de R\$ 1.608,00. “Tal diferença relativa corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível.” (PNAD Contínua, p. 3) conclui a pesquisa.

Essa desigualdade salarial constitui apenas um dos sintomas do racismo estrutural e institucional que permeiam a sociedade brasileira e prejudica diretamente os afrodescendentes em diversos setores, como explica o artigo “The Competitive Advantage of Racial Equity”,<sup>107</sup> publicado pela FSG e a PolicyLink, em trecho aqui traduzido livremente: “a desigualdade racial é o resultado do racismo estrutural que está inserido em nossos sistemas e instituições históricas, políticas, culturais, sociais e econômicas. Ele funciona cumulativamente e produz resultados muito adversos para pessoas negras em áreas como saúde, ascensão social, carreira, educação, infraestrutura e participação cívica.” Como explanado acima, essa segregação

---

<sup>106</sup> PNAD Contínua. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2019.** Disponível em: <t.ly/dlJ0>. Acesso em: 20 de Jul. de 2020.

<sup>107</sup> BLACKWELL, Angela Glover et al. **The Competitive Advantage of Racial Equity.** FSG and PolicyLink, p. 2.

dificultou consideravelmente a ascensão de pelo menos 25 gerações<sup>108</sup> de famílias negras, o que fez com que esse grupo permanecesse fora do protagonismo dos setores produtivos sensíveis para a mobilidade social e acesso ao consumo.

Assim, este material visou aumentar o alcance dos estudos sobre consumo no Brasil e estimular novas reflexões sobre sujeitos ainda invisibilizados dentro deste campo do conhecimento proveniente das ciências sociais, respaldado por perspectivas semio-psicanalíticas. Apresentamos, neste ensaio-teórico, como as variáveis provenientes da ancestralidade genética (raça) e etnia influenciam, direta ou indiretamente, os diversos aspectos do consumo dos afrodescendentes brasileiros. Nesse sentido, objetivamos demonstrar a importância de uma reflexão sobre o afroconsumo, no contexto contemporâneo, a fim de promover maior compreensão deste contingente populacional majoritário do país. Este estudo focou, predominantemente, na atmosfera dos autodeclarados negros apesar de, em alguns momentos, também discorrer sobre afrodescendentes não declarados.

Em suma, a manutenção da invisibilidade desses consumidores nas reflexões sobre consumo, assim como no campo mercadológico, além de acarretar perdas em termos financeiros, induz ao consumo excessivo — consumismo. Assim, também é prejudicial à sociedade, uma vez que o consumo compõe as subjetividades e, portanto, ajuda na construção identificatória do pertencimento, constituindo, desse modo, uma forma de inclusão social.

Como visto, os modelos vigentes são contaminados pela lógica colonialista e não atendem às demandas pulsionais da população afrodescendente. Além disso, do ponto de vista psíquico, esses grupos tiveram que se reorganizar a partir de subjetividades africanas em um contexto eurocêntrico, o que, provavelmente, teve desdobramentos na saúde mental desses indivíduos. É necessário, portanto, revisitar e repensar, a partir das premissas do afroconsumo, modelos de reflexão inclusivos. Fazendo uma analogia a partir da constatação da socióloga e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Leticia Bartholo, especialista em programas de transferência de renda, "Não podemos fazer política de

---

<sup>108</sup> JANSEN, Roberta. "Foram 400 anos de escravidão e controle, 25 gerações. Vai levar um tempo para mudar isso." O Globo, Rio de Janeiro, 24 mai. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/6LXj8s>>. Acesso em 26 mar. 2020.

combate à pobreza com os olhos da riqueza”<sup>109</sup>, analogamente, não podemos estudar o consumo dos afrodescendentes com o olhar de colonizador.

Portanto, desta breve análise, compreendermos como as variáveis étnico-raciais ou raça e racismo fazem parte da cultura brasileira mesmo que muitas vezes não sejam enunciadas pela fala. Por isso um repertório semio-psicanalítico apresenta-se necessário como aparato fundamental para compreendermos a cultura brasileira que, apesar de ser dominada formalmente por um ideário eurocêntrico, diríamos que, parafraseando Fanon, o Brasil é “Peau noire, masques blancs”. Em outras palavras, o Brasil é um sujeito em estado de negação, produz um *eu* ideal eurocêntrico e anula o *eu* verdadeiro, que é africano, quando não, ameríndio.

---

<sup>109</sup> ALEGRETTI, Laís. “**Não podemos fazer política de combate à pobreza com os olhos da riqueza**”, diz **socióloga**. Londres: BBC Brasil, 2020. Disponível em: <[t.ly/3IBU](https://t.ly/3IBU)>. Acesso em: 23 de Julho de 2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 20 et seq.

AKANDE, Habeeb. **Kunyaza: Highly Effective Technique for “Squirting” and Female Orgasm**. Disponível em: <t.ly/CH5c>. Acesso em: 23 de out. 2020.

AMADO, Wolmir (org.). **A Religião e o Negro no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 9.

ARAÚJO, Ariella Silva. **A incorporação dos negros no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945**. Araraquara: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: <t.ly/rQci>. Acesso em 21 out. 2020.

ARAUJO, Tereza Cristina N. **A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão**. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa, v. 63, 1987, p. 15.

BÂ, Amadou Hampaté. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, Joseph (Editor). História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2. ed. rev., 2010, p.167 - 212.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 12.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 206.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 37.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 7 et seq.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7 et seq.

BERNUS, Edmond. 1981. **Touaregs nigériens: unité culturelle et diversité régionale d'un peuple pasteur**. Paris: l'Office de la Recherche Scientifique et Technique Outre-Mer, 1981, p. 62.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: Das Cruzadas ao século XX**. [S.l]: Companhia das Letras, 2018, E-Book, n.p.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, p. 60-65.

CARDOSO, Cardoso; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (orgs). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. [S.l]: Editora Appris, 2017, E-Book (Kindle), n.p.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1ª Ed., 2016, E-Book (Kindle), n.p.

CESAIRÉ, Aimé; MOORE, Carlos (org.) **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, p. 7 et seq.

CLANCE, Pauline Rose.; IMES, Suzane Ament. **The imposter phenomenon in high achieving women: Dynamics and therapeutic intervention**. Atlanta: Georgia State University, 1978, v. 15, p. 241-247.

CHOR, Dóra; LIMA, Claudio Riso de Araujo. **Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública v. 21 nº 5, 2005. Disponível em <t.ly/T4De>. Acesso em 21 out. 2020.

COSTA, Marcos. **O reino que não era deste mundo: Crônica de uma República Não Proclamada**. Rio de Janeiro: Valentina, 2015, E-Book (Kindle), n.p.

COSTA, Rosely Gomes. **Mestiçagem, racialização e gênero**. Porto Alegre: Sociologias, ano 11, nº 21, 2009, p. 94-120.

COSTA, Tereza C. A.; **O princípio classificatório ‘cor’, sua complexidade e implicações para um estudo censitário.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, v. 36 , 1974.

COOGAN, Patricia; SCHON, Karin; LI, Shanshan; COZIER, Yvette; BETHEA, Traci; ROSEMBERG, Lynn. **Experiences of racism and subjective cognitive function in African American women.** Washington: Georgetown University School of Medicine, 2020. Disponível em: <t.ly/sPwc>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

DIOP, Cheikh Anta. **A origem dos antigos egípcios.** In: MOKHTAR, Gamal (Editor). História Geral da África, II: África antiga. Brasília: UNESCO, 2. ed. rev., 2010. p. 1-36.

DU BOIS, William E.B. **The Conservation of Races.** 1897, E-Book (Kindle), n.p.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008, p. 25 et seq.

FREIRE, Sabine. **76% veem racismo no Brasil, mas só 28% admitem preconceito contra negros.** [S.l]: Poder 360, 2020. Disponível em: t.ly/bcPS. Acesso em: 21 de out. de 2020.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu: Algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos.** [S.l]: Companhia Das Letras, 2013, E-Book (Kindle), n.p

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura e outros escritos de cultura, sociedade, religião.** [S.l]: Autêntica, 2020, E-Book (Kindle), n.p.

FULGÊNCIO, Rafael Figueiredo. **O paradigma racista da política de imigração brasileira e os debates sobre a “Questão Chinesa” nos primeiros anos da República.** [S.l]: Revista de Informação Legislativa, ano 51, nº 202, 2014, p. 203-204.

**O que são ações afirmativas?** Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa - GEMAA, [201-]. Disponível em: <t.ly/EiMU>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.** [S.l]: Globo Livros, 2019, E-Book (Kindle), n.p.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves. **Mais que feijoada e samba: notas sobre a cultura negra brasileira.** In: LEITÃO, Débora Krischke et al. (org) Antropologia & Consumo - Diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre: AGE, 2006, p. 47-64.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Veridiana Canezin; CELES, Luiz Augusto M. **O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud.** Brasília: Universidade de Brasília. Psic.: Teor. e Pesq, v. 23, nº 3, 2007.

HENCKAERTS, Jean-Marie. **Mass Expulsion in Modern International Law and Practice (International Studies in Human Rights).** [S.l]: Springer, 1995.

**James baldwin: interview at florida forum.** Florida: WCKT, 1963. Disponível em: <t.ly/JW9Q>. Acesso em: 21 de out. 2020.

JESUS, Laís Gonçalves; COSTA, Mônica Rodrigues. **Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros.** Brasília: UNB, 2017, p. 328.

KI-ZERBO, Joseph. **Teorias relativas às “raças” e história da África, cap. 10.** In: KI-ZERBO, Joseph (Editor). História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 283-294.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 188-189.

LACERDA, João Baptista de. **Sur le métis au Brésil.** [S.l], 1911, p. 19-31.

LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 96.

LACAN, Jacques. **O Seminário de Jacques Lacan - Livro 11 - Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** São Paulo: Ed. Zahar, 1988, p. 55.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1759 - 1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 96.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, E-Book (Kindle), n.p.

LODY, Raul. **Jóias de Axé: fios de contas e outros adornos: a joalheria afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 51.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011, 4. ed. E-Book (Kindle), n.p.

M'BOW, M. Amadou Mahtar. **Prefácio**. In: KI-ZERBO, Joseph (Editor). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2. ed. rev., 2010. p. XXI - XXVI.

MARI, Cezar Luiz de; GRADE, Marlene. **O senso comum e a educação em Antonio Gramsci: dimensões singulares da práxis**. In: MARI, Cezar Luiz De, COELHO, Edgar e SANTOS, Márcio Alves dos. (orgs.). **Curitiba: Educação e Formação Humana - múltiplos olhares sobre a práxis educativa**, 2012, p. 119-130.

MARINGONI, Gilberto. **História - O destino dos negros após a Abolição**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Ano 8. Ed. 70, 2011. Disponível em: <t.ly/S5F5>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

MAIO, Marcos Chor. **Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo**. [S.l]: Cadernos Pagu, Ed. 35, 2010, p. 309-355.

MATTOS, Regiane Augusto. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. São Paulo: Dissertação de mestrado FFLCH - USP, 2006, p. 12.

MATORY, J. Lorand. **Marx, Freud, e os deuses que os negros fazem: a teoria social europeia e o fetiche da vida real**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, nº 97, 2018. Disponível em: <t.ly/l85k>. Acesso em: 21 de out. 2020.

MAY, Alberto Philippi. **Psicanálise e Linguagem**. *In*: Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, v. 4, nº 2, Blumenau, 2010, p. 264.

MIERS, Suzanne, KLEIN, Martin A. **Slavery and Colonial Rule in Africa**. Londres: Frank Cass Publishers, 1999.

MIYAMURA, Karen; FERNANDES, Maria de Fátima Prado. **Significado do comportamento atitudinal para o professor**. São Paulo: [s.n], 2011.

MUNANGA, K. **Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. São Paulo: Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 5, nº 1, 1996, p. 17.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. *In*: Introdução [n.p]. Belo Horizonte: Editora Ática, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. *In*: BRANDÃO, André A. P. (org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 88.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial, 2003, p. 126.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. **Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça**. *In*: PETRUCCELLI, Luis José; SABOIA, Lucia Ana (orgs). Características étnico-raciais da população: classificações e etnicidades. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2013, n.p.

NICHOLAS, Fayola; GUNDALA, Raghava Rao. **Glocalization of Consumers in the Caribbean: A Case Study of Trinidad and Tobago**. Trinidad and Tobago: IGI Global, 2017, p. 97-107.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 239.

NOWATZKI, Carlos H. **Primórdios do cristianismo na América do Sul austral: uma história sobre cavaleiros, padres, indígenas, reduções e cruzeiros**. Timburi: Cia Ebook, 2018, E-Book, n.p.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica: De Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995, p. 19.

OL'DEROGGE, Dmitriï Alekseevich. **Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas, cap. 11**. In: KI-ZERBO, Joseph (Editor). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2. ed. rev. , 2010. p. 295-316.

OSORIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, nº 996, 2003. Disponível em: <t.ly/jFWO>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

PENA, Sérgio D. J., CARVALHO-SILVA, Denise R.; ALVES-SILVA, Juliana; PRADO, Vânia F. **The Phylogeography of Brazilian Y-Chromosome Lineages**. [s.l]: American Journal of Human Genetics, 2001, p. 285.

PENA, Sérgio D. J., CARVALHO-SILVA, Denise R.; ALVES-SILVA, Juliana; PRADO, Vânia F. **Retrato Molecular do Brasil**. [s.l]: Revista Ciência Hoje, v. 27, nº 159, 2000, p. 16 - 25.

PEREZ, Clotilde. **Condições antropológicas do negro na publicidade contemporânea**. In: BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco (orgs.). *O negro nos espaços publicitários brasileiros - Perspectivas contemporâneas em diálogo*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes / Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2011, p. 61-84.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 215.

RIESMAN, Suzanne; SZANTON, David L. and RIESMAN, Paul. **First find your child a good mother: the construction of self in two African communities**. Nova Brunswick: Rutgers University Press, 1992, p. 149.

RODRIGUES, Ironildes. **Introdução à Literatura afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Abdias. Thoth / informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, nº 1. 1997, p. 259.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª Ed., 1990, p.25.

**Sankofa**. Itaú Cultural. Disponível em: <tl.y/J8Eb>. Acesso em: 23 de out. 2020.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A luta organizada contra o racismo**. In BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 110-154.

SANTOS, Vanessa Figueiredo dos. **A incidência de diastema interincisivos centrais superiores na clínica odontologia infantil da FOP**. Piracicaba: UNICAMP, 2018, p. 16.

STAYMAN, Douglas M., DESHPANDE, Rohit. **Situational Ethnicity and Consumer Behavior**. [S.l]: Journal of Consumer Research, v. 16, i. 3, p. 361-371.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba; Pallas, 2003, p. 132.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; rio de Janeiro: Pallas, 2005, p. 16-17.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. p.34. Porto: Afrontamento, 6ª Ed., 1989, p. 34.

SANTAELLA, Lucia. **Teoria Geral dos Signos. Semiose e autogeração**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995, p. 228.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense., 2012, p. 90.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo da miscigenação**. São Paulo: Estudos Avançados (USP), 1994, p. 137-153.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAUJO, Edna Maria de. **Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática**. Feira de Santana: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - UEFS, 2016, p. 4024.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Dissertação de mestrado, UFBA, 1994, p.53.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TASCHNER, Gisela. **Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais**. São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos, v. 46, 2010, n. 47-52.

**The Negro and the American Promise**. [S.l]: PBS, 1963. Disponível em: <t.ly/bxFn>. Acesso em: 21 de out. 2020.

TORRES, Miguel G. P. **Memória dos Trópicos: Cuba o centro do mundo - África em preto e branco**. Rio de Janeiro: Albatroz, 2018, E-Book (Kindle), n.p.

TOURANGEAU, Roger; EDWARDS, Brad; JOHNSON, Timothy P. **Hard-to-Survey Populations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 228.

UMANAH, Ayama, OMOGBAI, Abdul-Azeez, OSAGBEMIRO, Babatope. **Prevalence of artificially created maxillary midline diastema and its complications in a selected nigerian population**. [S.l]: African health sciences, v. 15, 2015, n.p. Disponível em: <t.ly/JvTB>. Acesso em: 21 de out. 2020.

VARELLA, Drauzio. **Palavra de médico: Ciência, saúde e estilo de vida**. [s.l]: Companhia das Letras, 2016, E-Book (Kindle), n.p.

VENKATESH, Alladi Sudhir. **Ethnoconsumerism: A New Paradigm to Study Cultural and Cross-Cultural Consumer Behavior**. In: COSTA, Janeen Arnold; BAMOSSY, Gary J.

(eds.). *Marketing in a Multicultural World - Ethnicity, Nationalism, and Cultural Identity*. Londres: SAGE Publications, 1995, p. 26-67.

VERGINASSI, Michelle Tavares. **A norma jurídica à luz da Semiótica de Peirce: um estudo de caso**. Marília: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013, p. 37. Disponível em: <t.ly/GmXY>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

WEEMS, Robert E., JR, Robert E. WEEMS. **Desegregating the Dollar: African American Consumerism in the Twentieth Century**. Nova Iorque: NY University Press, 1998, p. 4.

ZMUD, Johanna; ARCE, Carlos. **The Ethnicity and Consumption Relationship**. *In*: SHERRY, John F., STERNTHAL, Brian. NA - *Advances in Consumer Research*. v. 19. Provo: Association for Consumer Research, 1992, p. 443-449.